



SENADO FEDERAL

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

### TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2013

#### EDITAL

(Processo nº 021.264/12-0)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, por meio de sua **Comissão Permanente de Licitação – CPL**, nomeada pela Portaria do Presidente nº 03 de 2012, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará, às 9:30 h (nove horas e trinta minutos) do dia 18 (dezoito) de fevereiro de 2013 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na referida data, na sala de reuniões, localizada na Via N2, Unidade de Apoio II do SENADO, reunião destinada ao recebimento e abertura dos envelopes **Nº 1 (DOCUMENTAÇÃO)** e **Nº 2 (PROPOSTA)**, relativos à **TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2013**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme especificações constantes deste edital e seus anexos, sendo a licitação regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pelos Atos nºs 24/1998 e 10/2010, ambos da Comissão Diretora do SENADO.

#### CAPÍTULO I – DO OBJETO

**1.1.** A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa de engenharia especializada para executar serviço de cobertura da Unidade de Apoio I do SENADO FEDERAL**, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

#### CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**2.1.** – Somente poderão participar as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam as condições deste edital e seus anexos.

**2.2** – Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, empresas e/ou consórcios de empresas que, por qualquer motivo:

**2.2.1** – tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital;

**2.2.2** – tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou impedidas de contratar com o Senado Federal, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/1993;



## SENADO FEDERAL

**2.2.3** – estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002;

**2.2.4** – estejam elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993;

**2.2.5** – encontrem-se em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação.

**2.3.** Será assegurado o tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar nº 123/06, às microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que comprovarem, na Habilitação (Envelope nº 1), tal condição, mediante apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso.

**2.4.** No dia, hora e local fixados no preâmbulo deste Edital, cada licitante deverá apresentar à CPL, simultaneamente, sua documentação e proposta, em envelopes separados, fechados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, com caracteres destacados, além da denominação firma ou razão social da licitante, os seguintes dizeres:

**ENVELOPE Nº 1 – DOCUMENTAÇÃO  
SENADO FEDERAL  
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2013**

**ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA  
SENADO FEDERAL  
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2013**

## CAPÍTULO III – DA HABILITAÇÃO

**3.1.** O envelope N.º 1 (DOCUMENTAÇÃO) deverá conter os documentos relacionados nos subitens **3.1.1 a 3.1.12**, sob pena de inabilitação:

**3.1.1. Certificado de Registro Cadastral – CRC** expedido pelo Cadastro de Fornecedores da CPL do SENADO, dentro do prazo de validade, sem prejuízo da necessidade de comprovação das condições específicas de habilitação (3.1.2 a 3.1.12), diversas das constantes naquele cadastro, vedada a apresentação de CRC emitido por outros entes/órgãos da Administração.

**3.1.1.1** – As empresas que não possuam o documento do subitem 3.1.1 também poderão participar da presente licitação, desde que atendam às condições exigidas para cadastramento junto ao Cadastro de Fornecedores da CPL do SENADO, até o terceiro dia útil anterior à data de recebimento das propostas.



## SENADO FEDERAL

**3.1.1.2** – Para os fins previstos no subitem anterior, as empresas deverão entregar a documentação no Cadastro de Fornecedores da CPL, situado no Mezanino do Bloco de Apoio II do SENADO, telefone (61) 3303-2713, mediante recibo, que deverá ser incluído no envelope nº 1 (DOCUMENTAÇÃO).

**3.1.2.** Prova de regularidade com o **FGTS** - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante a apresentação da **CRF**;

**3.1.3.** Prova de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social – **INSS**, mediante a apresentação da **CND**;

**3.1.4.** Prova de regularidade com a Fazenda Pública, mediante a apresentação exclusiva dos seguintes documentos:

**a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conjuntamente com a Secretaria da Receita Federal;

**b) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda do Distrito Federal ou estadual**, expedida pela Secretaria da Fazenda; e

**c) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda municipal**, expedida pela Secretaria da Fazenda;

**3.1.5.** Prova de regularidade trabalhista, mediante a apresentação exclusiva do seguinte documento:

**a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

**3.1.6. Declaração de Vistoria ou Declaração de Dispensa de Vistoria**, emitida pela licitante, não podendo alegar em momento futuro qualquer acréscimo de custos devido a desconhecimento de edificação e de suas instalações:

**a)** Para a realização da vistoria, a licitante deverá enviar e-mail para [ssobra@senado.gov.br](mailto:ssobra@senado.gov.br), no prazo de até 3 (três) dias antes da sessão de abertura da licitação.

**b)** A Declaração de Vistoria, nos termos sugeridos no Anexo 06, somente será admitida se estiver assinada pelo responsável técnico da empresa, devidamente registrado no CAU ou no CREA nessa condição.

**c)** Os arquivos digitais do projeto estarão à disposição das empresas, na Secretaria de Engenharia, para cópia. Os interessados em copiar os arquivos PDF deverão trazer um pen-drive, CD-R ou CD-RW para que os mesmos sejam gravados.



## SENADO FEDERAL

**d)** Caso a licitante opte por não realizar vistoria, firmará declaração na qual dispensa a necessidade de vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão, não podendo alegar em momento futuro qualquer acréscimo de custos devido a desconhecimento da edificação ou de suas instalações.

**3.1.7 – Um ou mais Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional** expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante, acompanhado da cópia da respectiva Certidão de Acerto Técnico (CAT) emitida pelo CAU regional ou CREA com circunscrição sobre o local da obra, devendo comprovar que a licitante executou, de forma satisfatória, serviços de natureza, vulto e complexidade compatíveis com o objeto ora licitado e que façam explícita referência a pelo menos às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, que são as seguintes:

**a)** Serviço de execução ou recuperação de estrutura metálica com área igual ou superior a 960 m<sup>2</sup>. Esse valor mínimo corresponde a 40% da área total estimada do objeto da licitação.

**3.1.8** Comprovação de possuir em seu quadro, na data fixada para a entrega dos envelopes contendo documentação e propostas, profissionais de nível superior, sendo um com formação em Arquitetura ou em Engenharia Civil, detentor de atestado(s) de Responsabilidade Técnica, devidamente registrado(s) no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) ou no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) da região competente.

**a)** A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), ou da ficha de registro de empregado, ou de contrato de prestação de serviço, ou do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, ou de contrato de prestação de serviço.

**b)** Declaração indicando o nome, CPF, e número do registro na entidade profissional competente dos responsáveis técnicos que acompanharão pessoal e diretamente a execução do objeto.

**3.1.9 Certidão de Registro de Pessoa Jurídica**, expedida pelo CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou pelo CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da região onde se situa a sede da empresa ou sua filial, em nome da licitante, e de seus responsáveis técnicos, dentre os quais o engenheiro civil ou arquiteto responsável pelo acervo técnico utilizado para esta habilitação, que comprove atividade relacionada com o objeto – reforma ou construção de obras de engenharia, nos termos do § 10º do art. 30 da Lei 8.666/1993;



## SENADO FEDERAL

### 3.1.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

**a)** balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com demonstração de patrimônio líquido mínimo de **R\$ 54.662,76 (cinquenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e dois reais e setenta e seis centavos)**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, mediante os seguintes critérios:

I. peso 2 (dois) ao ILG - Índice de Liquidez Geral, obtido a partir da fórmula:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}, \text{ onde:}$$

AC = Ativo Circulante  
RLP = Realizável a Longo Prazo  
PC = Passivo Circulante  
ELP = Exigível a Longo Prazo

II. peso 1 (um) ao ILC - Índice de Liquidez Corrente, obtido a partir da fórmula:

$$ILC = \frac{AC}{PC}, \text{ onde:}$$

AC = Ativo Circulante  
PC = Passivo Circulante

III. IM - Índice Médio, obtido a partir da fórmula:

$$IM = \frac{(ILG \times 2) + (ILC \times 1)}{3}$$

IV. IME - Índice Médio Exigido: igual ou maior que 0,8 (oito décimos).

**b) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

### 3.1.11. APRESENTAR, AINDA, OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

**a) Declaração** da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante do **Anexo 07**;



## SENADO FEDERAL

**b) Declaração**, sob as penas da lei, de que a licitante não se encontra em qualquer situação prevista no item 2.2 deste edital, conforme modelo constante do **Anexo 08**;

**c) Declaração** de inexistência de fatos impeditivos, conforme modelo constante do **Anexo 09**;

**d) Declaração de Proposta Independente (DPI)**, conforme modelo constante do **Anexo 11**.

**3.1.12.** - As microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que queiram se valer dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 deverão apresentar, além dos documentos mencionados nas alíneas anteriores deste item, a declaração constante do **Anexo 10** deste edital.

**3.2.** A licitante, quando não representada na reunião por sócio, poderá constituir procurador através de instrumento público ou particular com firma reconhecida, com finalidade específica para licitação.

**3.2.1.** O representante não credenciado ficará impedido de qualquer interferência no procedimento licitatório.

**3.3** - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da Imprensa Oficial.

**3.3.1** - A Comissão Permanente de Licitação – CPL reserva-se no direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e/ou julgar necessário.

**3.3.2** - A Comissão Permanente de Licitação somente efetuará a autenticação de documento mediante a apresentação do original e de uma cópia legível.

**3.4.** Da habilitação de microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, nos termos da Lei Complementar nº 123/06:

**a)** As microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**b)** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei





## SENADO FEDERAL

Complementar nº 123/06.

**c)** A não regularização da documentação no prazo previsto na alínea acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**3.5.** Caso a licitante tenha mais de um domicílio, deverá apresentar documentos para habilitação relativos a apenas um deles, com o mesmo CNPJ.

**3.5.1** – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza são emitidos somente em nome da matriz.

**3.6.** O documento que não tiver prazo estabelecido pelo Órgão competente expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

**3.6.1** – Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

**3.8.** É facultado à CPL, em qualquer fase desta licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação.

## CAPÍTULO IV – DA PROPOSTA

**4.1** – A proposta deverá constar no envelope nº 2, com **prazo de validade de 60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data prevista para abertura desta licitação, impressa em duas vias, na língua portuguesa, sem rasuras, com o nome e endereço completos, telefone (*fax*), CNPJ, banco, número da agência, conta corrente, o número da licitação, dia e hora de abertura, datada e assinada pelo responsável legal e deverá conter, obrigatoriamente, sob pena de desclassificação:

**a) preço global** da proposta, em algarismo arábico, na moeda Real, e por extenso, compreendendo todos os custos diretos e indiretos, necessários à perfeita execução do contrato;

**b) planilha de composição de custos**, detalhando todos os componentes definidos no **Anexo 02** (Especificações), descrevendo seus quantitativos, marcas, preços unitários e preços totais, incluindo a mão-de-obra, expressos em Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do contrato, inclusive seguros, tributos,



## SENADO FEDERAL

encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outros que venham incidir;

**b.1) o percentual relativo à Bonificação e Despesas Indiretas – BDI**, limitado ao máximo de 25,5% (vinte e cinco vírgula cinco por cento), conforme Ato do Primeiro-Secretário do SENADO nº 10/2010 (**Anexo 12**); e

**b.2)** as empresas não poderão usar a unidade **Vb (verba)** para quantificar as planilhas orçamentárias;

**c) cronograma físico-financeiro** de desembolso, com a especificação física completa das etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras, não se aplicando, a partir da assinatura do contrato e para efeito de execução, medição, monitoramento, fiscalização e auditoria, os custos unitários da planilha de formação do preço;

**d) a descrição detalhada** dos serviços a serem prestados, observadas as Especificações do **Anexo 02** deste Edital;

**e) prazo de execução**, que não poderá exceder **90 (noventa) dias corridos**, a contar da emissão da Ordem de Serviço.

**4.2 –** O arredondamento de valores e preços da presente licitação reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20/2010:

**a)** para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais.

**b)** quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na letra ‘a’ for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

**4.3 –** Serão desclassificadas as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso daquele requerido nesta licitação.

**4.4. –** Na hipótese de incoerência entre o preço unitário e o total prevalecerá o primeiro; ocorrendo discordância entre o valor em algarismo e o por extenso, prevalecerá este último, podendo a CPL sanear imediatamente incorreções aritméticas.

**4.5. –** Não será considerada cotação de item alternativo como opção ao objeto desta licitação.

**4.6. –** Em nenhuma hipótese a proposta apresentada poderá ser alterada, admitida, a critério da CPL, apenas a alteração absolutamente formal.





## SENADO FEDERAL

**4.7.** – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seu(s) anexo(s), bem como concordância expressa com a adequação do projeto básico **(Anexo 05)**.

### **CAPÍTULO V – DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA**

**5.1.** Para abertura desta licitação serão adotados os procedimentos indicados a seguir:

- a)** declarada aberta a licitação, o Presidente da CPL poderá fixar prazo para as licitantes entregarem à Comissão os envelopes Nº 1 (DOCUMENTAÇÃO) e Nº 2 (PROPOSTA), após o que, nenhum envelope será recebido, tampouco será permitido qualquer adendo ou esclarecimento relativo à documentação ou proposta apresentadas;
- b)** abertos os envelopes de nº 1 (DOCUMENTAÇÃO), os seus conteúdos serão examinados e rubricados pelos membros da CPL e pelos representantes das licitantes, podendo o Presidente suspender a reunião para análise dos documentos e/ou para promover diligências destinadas ao esclarecimento de dúvidas pertinentes à documentação apresentada ou anunciar as empresas habilitadas e inhabilitadas, facultado às licitantes se pronunciarem quanto ao seu desejo de recorrer, o que será consignado em ata;
- c)** havendo renúncia expressa de todas as licitantes ao direito de interpor recurso contra a decisão da CPL, os trabalhos terão prosseguimento, passando-se à abertura dos envelopes de nº 2 (PROPOSTA) das empresas habilitadas e devolução dos envelopes fechados às empresas inhabilitadas, se porventura houver;
- d)** não havendo renúncia expressa de todas as licitantes ao direito de recorrer da decisão da CPL, ser-lhes-á dado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação do resultado da habilitação no Diário Oficial da União, para apresentação de recurso escrito, dirigido à Diretora-Geral do SENADO, por intermédio da CPL, no local e horário estabelecidos no item 7.3;
- e)** caso se verifique a necessidade de realizar outra reunião, os envelopes de nº 2 (PROPOSTA) serão rubricados em seus fechos pelos representantes das licitantes e pelos membros da CPL, permanecendo fechados sob a guarda e responsabilidade desta;
- f)** julgado o recurso referente à habilitação, que terá efeito suspensivo, a CPL comunicará o resultado à licitante, designando nova data para abertura dos envelopes de nº 2 (PROPOSTA);



## SENADO FEDERAL

- g)** abertos os envelopes de nº 2 (PROPOSTA), o seu conteúdo será examinado e rubricado pelos membros da CPL e pelos representantes das licitantes presentes;
- h)** posteriormente à abertura dos envelopes de nº 2 (PROPOSTA) a CPL lavrará a ata de classificação e desclassificação das propostas, abrindo o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do resultado no Diário Oficial da União, na forma prevista na alínea “d” deste item; e
- i)** ocorrendo o empate ficto previsto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, e havendo no certame licitantes que tenham se declarado microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme previsto no subitem 3.1.12, nesta oportunidade serão chamadas a exercer seu direito de preferência, para querendo cobrir a menor oferta, sob pena de decadência.

## CAPÍTULO VI – DO JULGAMENTO

**6.1.** O critério de seleção da proposta mais vantajosa para o SENADO nesta tomada de preços será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, na forma abaixo discriminada:

- a)** Em consonância com a pesquisa de preço médio, efetuada pela SENG/SSOBRA, baseadas em pesquisa realizada no SINAPI, PINI e na Praça de Brasília, serão desclassificadas as propostas com preço global superior a **R\$ 546.627,61 (quinhentos e quarenta e seis mil, seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e um centavos)**. Neste valor está incluído o percentual máximo de 25,5% da BDI.

**6.2.** No caso de empate entre duas ou mais propostas, observar-se-ão os critérios de preferência previstos no art. 3º, § 2º, c/c o art. 45, § 2º, da Lei nº 8.666/93, após o que, a classificação far-se-á por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas.

**6.2.1.** Havendo a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas no presente certame, assim consideradas nos termos do presente edital, serão observados, preliminarmente, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

**6.2.2.** Caso a proposta melhor classificada não tenha sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, e houver proposta apresentada por alguma(s) dessas pessoas jurídicas até 10% (dez por cento) superior à menor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

- a)** a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa poderá apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto desta licitação. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte



## SENADO FEDERAL

ou sociedade cooperativa melhor classificada não tenha representante legal presente na sessão de julgamento, a respectiva empresa deverá ser notificada para o exercício do direito de preferência no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação, sob pena de decadência;

**b)** não sendo vencedora a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no “caput” deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**c)** no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas no limite estabelecido no “caput” deste subitem, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer o direito de preferência.

**6.2.3.** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**6.3.** Analisados os documentos e as propostas em confronto com as exigências deste ato convocatório, e feita a classificação por ordem crescente de preços, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 8.666/93, será indicada a licitante vencedora.

## CAPÍTULO VII – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

**7.1.** Qualquer impugnação referente a este ato convocatório deverá atender aos requisitos dos §§ 1º e 2º do art. 41 da Lei nº 8.666/93.

**7.2.** As licitantes poderão apresentar recursos contra quaisquer atos da administração decorrentes desta licitação, dirigidos à Diretora-Geral, por intermédio da CPL, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e do art. 10, inciso II, do Ato nº 10/2010, da Comissão Diretora do SENADO.

**7.3.** Toda impugnação ou recurso referente a este ato convocatório deverá ser protocolizado no Serviço de Protocolo Administrativo do SENADO, localizado no térreo do Edifício Anexo I, no horário das 9h às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

**7.4.** A CPL desconsiderará qualquer impugnação, recurso ou informação que não esteja no original, ainda que devidamente protocolizado.



## SENADO FEDERAL

### CAPÍTULO VIII – DAS OBRIGAÇÕES E PENALIDADES

**8.1.** Homologada esta licitação a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** da convocação, ficando sujeita à multa de **20% (vinte por cento)** sobre o valor global do contrato, caso se recuse a esse procedimento nesse prazo, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

**8.2.** Caso a licitante vencedora não cumpra o estabelecido no item anterior, é facultado ao SENADO convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto ao prazo e preço.

**8.3.** A(s) licitante(s) subsequente(s), na hipótese de aceitar as condições previstas no item 8.2, *in fine*, e, posteriormente, recusar(em)-se a assinar o contrato, ficará(ão) também sujeita(s) às sanções referidas no item 8.1.

**8.4.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar-se-á o direito à ampla defesa.

### CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**9.1.** Integram este edital os anexos:

- a) Anexo 01** – Plantas Arquitetônicas
- b) Anexo 02** – Especificações;
- c) Anexo 03** – Planilha de Composição de Custos;
- d) Anexo 04** – Minuta de Contrato;
- e) Anexo 05** – Projeto Básico;
- f) Anexo 06** – Declaração de Vistoria para Obra;
- g) Anexo 07** – Declaração de Atendimento ao Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Empregado Menor);
- h) Anexo 08** – Declaração de que a licitante não se encontra em qualquer situação prevista no item 2.2 deste Edital;
- i) Anexo 09** – Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;
- j) Anexo 10** – Declaração para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Sociedade Cooperativa;
- k) Anexo 11** – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
- l) Anexo 12** – Ato do Primeiro Secretário do Senado Federal nº 10, de 2010; e



## SENADO FEDERAL

**9.2.** O SENADO poderá autorizar a subcontratação parcial do objeto desta licitação desde que a contratada atenda às exigências constantes da CLÁUSULA QUINTA da minuta do contrato (Anexo 04 deste Edital).

**9.3.** As demais disposições obrigatórias do edital, definidas nos incisos do art. 40 da Lei nº 8.666/93 estão previstas nos anexos deste edital.

**9.4.** É facultado à CPL, em qualquer fase desta licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação.

**9.5.** As dúvidas suscitadas e os casos omissos serão esclarecidos e resolvidos pela CPL, no Bloco de Apoio II do SENADO, via N2, pelos telefones (61) 3303-3014 e 3303-3036 ou pelo sítio [www.senado.gov.br/sf/portaltransparencia/licitacoes](http://www.senado.gov.br/sf/portaltransparencia/licitacoes).

**9.6.** A cópia deste edital e seus anexos poderão ser obtidos mediante a apresentação do comprovante da taxa de R\$ 10,00 (dez) reais, por intermédio da GRU (Guia de Recolhimento da União), em duas vias a serem entregues na Secretaria da CPL, no endereço disposto no item **9.5**, nos dias úteis, das 08:30 horas às 12 horas e das 14 horas às 18 horas, no local onde também serão prestados esclarecimentos sobre a licitação e as situações previstas no mesmo item **9.5** deste edital.

Brasília-DF, 25 de janeiro de 2013.

**RONALDO WAGNER CARMONA**

Presidente da Comissão Permanente de Licitação



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2013**

**ANEXO 01**

**(Processo nº 021.264/12-0)**

<b>PLANTAS ARQUITETÔNICAS</b>
-------------------------------

As Plantas Arquitetônicas serão disponibilizadas em meio magnético pela Secretaria de Engenharia do SENADO FEDERAL.





SENADO FEDERAL

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2013

ANEXO 02

(Processo nº 021.264/12-0)

### ESPECIFICAÇÕES

Antes do início dos serviços, a empresa deverá proceder detalhado exame e levantamento da edificação e estrutura a ser coberta. Deverão ser considerados os aspectos mais relevantes como a natureza da estrutura, os métodos utilizados na construção da edificação e a distância e condições das estruturas vizinhas.

#### SERVIÇOS DE REMOÇÃO E INSTALAÇÃO DE NOVO SISTEMA DE PARA-RAIOS

Remoção da rede do Sistema de Para-Raios (45 captosres com conectores, 267 isoladores de sustentação, 12 conectores de cruzamentos dos cabos, 26 conectores “T” de junção de cabos centrais com periféricos, e 610 metros de cabo de aço).

Deverá ser instalado novo sistema de para-raios sobre o telhado a ser construído, preso aos parafusos de fixação das telhas, com todos os componentes necessários e tensionamento dos cabos de aço, seguindo o padrão existente atualmente.

Os captosres e isoladores deverão ser instalados sobre os parafusos de fixação das telhas, com a utilização de Isolador Simples com Calha para Telha Ondulada DR-025 da marca Raycom, ou similar.



#### ESTRUTURA

A montagem dos elementos estruturais deverá ser criteriosa e precedida de proteção das áreas adjacentes.



## SENADO FEDERAL

21 (vinte e uma) Tesouras - (banzos e montantes - 21 peças) - Perfil "U" enrijecido, caixa - 250 mm x 170 mm x 25 mm, # 3,04mm. Barra de 6,0 m. AÇO USI-SAC 300.

Enterçamento (14 linhas) - Perfil "U" enrijecido, aberto - 150 mm x 60 mm x 20 mm, # 3,04mm, com 120,00 m, cada linha. Barra de 6,0 m. AÇO USI-SAC 300.

Espaçadores superiores de tesouras - Perfil "U" enrijecido, caixa - 150 mm x 120 mm x 20 mm, # 2,65mm. Barra de 6,0 m. AÇO USI-SAC 300.

Espaçadores de terças - Ferro redondo 3/8" (40 linhas com 20,00 m). Barra com 6,0 m. Aço doce.

Contraventamentos - Ferro redondo 1/2" (60 linhas com 20,40 m cada linha). Barra com 6,0 m. Aço doce.

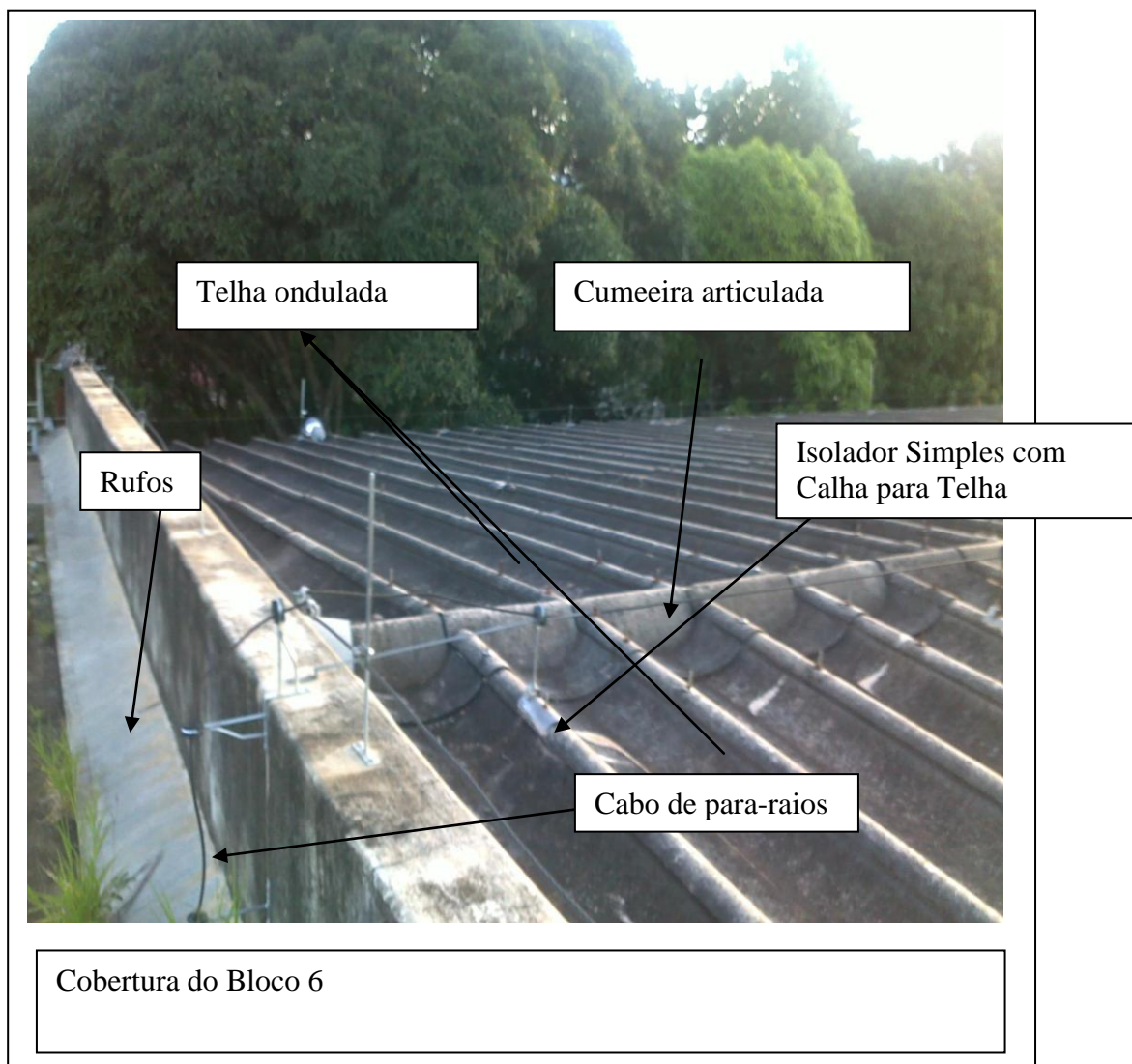
Sapata tipo I – chapa cortada de 3/8" (350mm x 270mm)

Sapata tipo II – chapa cortada de 3/8" (1900mm x 270mm)

Chumbador Parabolt de 1/2" X 4 1/4"

Reforço triangular para base (pilares/sapata), 3/8", 100 mm x 50 mm. AÇO USI-SAC 300.

Todas as peças metálicas deverão receber acabamento fosco com duas demãos de pintura anticorrosiva da marca Suvinil, Coral ou similar de primeira linha.





## SENADO FEDERAL

### TELHAS

A cobertura deverá ser executada progressivamente, utilizando ferramentas portáteis motorizadas.

Deverão ser usadas telhas de fibrocimento do tipo Modulada da marca Eternit, ou do tipo Onda 50 da marca Brasilit, ou similar.

A inclinação mínima de 5% deve ser obedecida, bem como todas as recomendações dos fabricantes, tais como recobrimento longitudinal, forma de fixação, cuidados no transporte, vão máximo etc.; nos termos dos manuais dos fabricantes ([www.eternit.com.br/pdf/7%20Modulada%208mm.pdf](http://www.eternit.com.br/pdf/7%20Modulada%208mm.pdf) e [www.brasilit.com.br/pdf/catalogo-tecnico-telha-onda-50-brasilit.pdf](http://www.brasilit.com.br/pdf/catalogo-tecnico-telha-onda-50-brasilit.pdf)).

A cumeeira será do tipo articulada.

Os elementos de fixação entre as terças e a telha serão de aço do tipo haste dobrada (1/4" X 400mm) com rosca em um dos lados e vedação por arruelas de aço e de neoprene que serão fixadas com porca.

Fixar os recobrimentos entre as telhas e cumeeiras com fixador de abas de aço com vedação por arruelas aço e de neoprene.

Colocação de rufo em chapa galvanizada 26 (0,50 mm) com desenvolvimento de 800 mm no telhado em contato com o Bloco 6 e no final do prédio (nas duas extremidades).

Em caso de discordância entre as especificações e o manual do fabricante, prevalecerá o determinado pela documentação técnica oficial do fabricante.

### REMANEJAMENTO DO RESERVATÓRIO DO SISTEMA DE AR CONDICIONADO

O reservatório de água do sistema de ar-condicionado será remanejado para a lateral do prédio, da mesma forma em que se encontra hoje, conforme projeto anexo.

A caixa d'água e suas instalações serão desmontadas do local atual e remontadas no local determinado no projeto, exatamente da mesma forma como está instalada.

O deslocamento da caixa d'água somente será realizado depois que o local definido no projeto estiver completamente pronto e impermeabilizado.

Não será permitida a realização de qualquer perfuração na laje, depois de impermeabilizada.

Os serviços de desmontagem e remontagem deverão ser realizados nos finais de semana, iniciando na sexta-feira e terminando até segunda-feira, ou em data a ser definida pelos gestores.

No local onde a caixa d'água será remontada também será assentada uma plataforma metálica, conforme projeto anexo, para facilitar a manutenção. Não será permitida a fixação da plataforma com a perfuração da laje. Deverá ser feito apoio para os pés da plataforma.

Será construída uma escada metálica, conforme projeto anexo, do pavimento térreo até o local onde a caixa d'água será remontada.

O deslocamento da caixa d'água será acompanhado da sua respectiva instalação elétrica.



SENADO FEDERAL



Figura 1 Reservatório do sistema de ar condicionado



Figura 2 Detalhe de ligação com a tubulação existente





## SENADO FEDERAL



**Figura 3 Vista geral da cobertura**

### **LOCAL PARA ACONDICIONAR RESERVATÓRIO DO SISTEMA DE AR CONDICIONADO**

O projeto prevê a existência de um reservatório de água para o sistema de ar-condicionado.

No perímetro da área do reservatório será cercado por mureta de 1 (um) metro de altura e feita com tijolo maciço e rebocada de todas as faces.

A laje do local para caixa d'água do sistema de ar-condicionado deverá ser regularizada com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, em volume, com espessura mínima de 1,5 cm. Deverá ser observado caimento para os tubos de drenagem de águas pluviais.

Sobre o fundo, aplicar-se-á solução asfáltica, em uma demão de Primer da Denver ou Viapol, ou similar. Em seguida deverá ser aplicada manta asfáltica com chama de maçarico da Denver ou Viapol com 6 mm de espessura, ou similar.

A junção entre duas mantas deve ter sobreposição de no mínimo 10 cm, tomando-se o cuidado necessário para perfeita aderência.

Nas superfícies verticais, em 1º lugar, deve-se levar a manta do piso até cobrir 10 cm da parede. Depois, colar outra manta, fazendo a parte do rodapé e descendo no piso 10 cm (transpasse). O trecho do rodapé fica com manta dupla.

Sobre a manta aplicada, colocar uma camada separadora com papel Kraft.

Deverá ser executada proteção mecânica com argamassa de cimento e areia, no traço 1:4, em volume, na espessura de 2,0 cm.

Colocação de rufo em chapa galvanizada 26 (0,50 mm) com desenvolvimento de 80 cm na mureta que esteja em contato com as telhas.



## SENADO FEDERAL

### INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Será construída uma nova instalação elétrica com quadro geral de distribuição e tubulação dentro de calhas nas duas laterais do prédio, conforme projeto anexo.

A quantidade de tubos dentro de cada calha é definida pela quantidade de circuitos existentes e instalados na laje, e constantes na planilha de materiais.

A altura da calha até o piso, forma de fixação e tamanho estão definidos no projeto elétrico.

A instalação antiga será desativada à medida que os novos circuitos ficarem prontos, até que toda a instalação elétrica seja substituída.

Após a conclusão das instalações, toda a infraestrutura e condutores elétricos serão removidos da laje. Os materiais serão entregues para a Secretaria de Engenharia do Senado Federal para seleção do que poderá ser reaproveitado em outras instalações.

Os materiais necessários para a substituição das instalações elétricas estão cotados na planilha de custo.

### PINTURA

Receberão acabamento de reboco emassamento e pintura, conforme especificações deste Projeto Básico, todas as faces da alvenaria construída pela Contratada, em acabamento equivalente ao restante do edifício.

Todas as peças metálicas deverão receber acabamento fosco com duas demãos de pintura anticorrosiva da marca Suvinil, Coral ou similar de primeira linha.

### OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Fornecer: as máquinas, os equipamentos, as ferramentas, os materiais, a mão de obra (inclusive os encargos sociais), os insumos, o transporte e tudo mais que seja necessário para a execução, a conclusão e a manutenção dos serviços, sejam eles definitivos ou temporários. Os custos relativos a esses itens deverão estar embutidos nos respectivos custos unitários ou no BDI.
- Dotar sua equipe técnica de treinamento, ferramentas e equipamentos de proteção individual (EPI) que sejam necessários à preservação da incolumidade física dos funcionários da própria empresa e dos servidores e usuários do Senado Federal.
- Assegurar que todos os funcionários todos os equipamentos obrigatórios previstos em regramento oficial federal ou local que disponha sobre proteção ao trabalhador contra acidentes do trabalho, especialmente o disposto na NR-6, NR-18, **NR-35 (requisitos mínimos e medidas de proteção para o trabalho em altura)** e demais Normas Regulamentadoras aplicáveis.
- Acompanhar direta e continuamente sua equipe de trabalho e fazer cumprir a determinação de uso obrigatório dos EPI's, podendo sofrer penalidades contratuais em caso de não observância.
- Dotar o local da execução dos serviços dos dispositivos de proteção coletiva necessários para resguardar a incolumidade física dos funcionários da própria empresa e dos servidores e usuários do Senado.
- Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos que tenham conexão com a execução do objeto contratado, causados ao Senado Federal e a terceiros.





## SENADO FEDERAL

- Não causar transtornos ao fornecimento de água, energia elétrica e telefone, instalações de ar-condicionado do Senado Federal.
- Solicitar por escrito, quando for o caso, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, o desligamento de quaisquer partes do sistema elétrico, hidráulico, ou de telecomunicações que se faça necessário para a perfeita execução dos serviços, não incluindo desmonte de qualquer instalação existente no local do serviço.
- Informar por escrito, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis o dia do início dos trabalhos para que seja providenciado o isolamento da área onde o serviço será executado.
- Caso seja necessária a desmontagem ou desligamento de qualquer equipamento instalado no local do serviço a ser executado, é necessária prévia concordância e autorização da SENG.
- Promover, às suas expensas, a substituição em até 05 (cinco) dias úteis dos materiais ou equipamentos recusados pelos gestores.
- Proteger os móveis, vidros, instalações e objetos existentes com lonas e outros materiais adequados, de modo a evitar danos.
- Depositar o lixo e a estrutura retirada proveniente do serviço em local próprio indicados pelo Senado Federal.
- Tomar todas as providências necessárias para a manutenção da boa aparência estética nos locais que sofrerão intervenções.
- Manter o local dos serviços e seus acessos permanentemente limpo, livre de quaisquer sujidades causadas pela execução dos serviços, procedendo tanto à limpeza grossa quanto à fina logo após o término de quaisquer trabalhos.
- Fornecer previamente ao Senado Federal relação nominal, para fins de registro e autorização junto à Polícia Legislativa do Senado Federal, informando os respectivos números de Registro Geral dos documentos de identidade de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços contratados, bem como informar qualquer alteração que venha ocorrer na referida relação.
- Manter todos os empregados devidamente uniformizados e identificados com crachás.
- Fornecer previamente ao Senado Federal relação dos equipamentos e veículos, para fins de registro e autorização de entrada pela Polícia Legislativa do Senado Federal, informando os respectivos números de registros.
- Observar as disposições e especificações contidas neste Projeto Básico e no Contrato, devendo atendê-las em sua plenitude, cabendo aplicação de penalidades contratuais no descumprimento de quaisquer dos seus itens.
- Designar por escrito funcionários para atender ao Senado Federal, indicar números de telefone e endereços de e-mail para contato.
- Executar e acompanhar todos os testes relacionados ao perfeito funcionamento do objeto e todas as instalações cujo funcionamento possa ter sido afetado durante a execução do serviço.
- A execução dos serviços obedecerá rigorosamente, além das especificações constantes deste Projeto Básico:

- Normas da ABNT específicas que regulem os serviços descritos neste Projeto Básico, NBR 8800 (Projeto de Estruturas de Aço em Edifícios), NBR 6123 (Forças devidas ao vento em edificações), NBR 5639 (Emprego de Chapas Estruturais de Cimento-Amianto), NBR 5640 (Telha Estrutural de Fibrocimento), NBR 5641 (Chapas Estruturais de Cimento-Amianto – Determinação da Resistência à Flexão – Método de Ensaio), NBR 14762 (Dimensionamento de Estruturas de Aço Constituídas por Perfis formados a Frio), NBR 8055 (Parafusos, ganchos e pinos usados para a fixação de telhas de fibrocimento - Dimensões e tipos - Padronização), NBR 9066 (Peças complementares para telhas onduladas de fibrocimento - Funções, tipos e dimensões – Padronização), NBR 9971, NBR 7678 (Segurança na execução de obras e serviços



## SENADO FEDERAL

de construção) e demais normas aplicáveis direta ou subsidiariamente e todas as demais normas técnicas de Engenharia referentes aos sistemas e partes do objeto;

- Normas da ABNT específicas que regulem os materiais, suas composições e características, além da descrição constante neste Projeto Básico;
- Normas das Concessionárias Locais de serviços públicos;
- Normas internacionais consagradas;
- Recomendações do “Manual de Obras Públicas – Edificações – Construções” do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Recomendações do manual de “Obras Públicas – Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas” do Tribunal de Contas da União;
- Recomendações, ensaios de qualidade e instruções de associações industriais, Inmetro ou outras instituições consagradas industrialmente;
- Recomendações e instruções dos fabricantes.

- Elaborar, por meio do responsável técnico pela empresa, plano de desmonte da estrutura e apresentá-lo aos gestores para aprovação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias do término da execução do objeto do contrato.

### OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- Promover o cumprimento do contrato e documentos.
- Dirimir eventuais dúvidas da Contratada.
- Permitir acesso dos funcionários da Contratada às suas dependências para a execução da obra.
- Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer problemas verificados no cumprimento do Contrato.
- Determinar à Contratada a substituição de qualquer profissional vinculado a essa cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse da Administração Pública.

### CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até três parcelas de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela Contratada, sendo que a última ocorrerá no recebimento provisório da obra.

O Cronograma Físico-Financeiro da Contratada somente será aceito se não configurar adiantamento do pagamento em relação aos valores dos serviços.

### DIRETRIZES DE PROTEÇÃO

Das medidas mínimas de proteção individual:

- Utilização de cinto tipo paraquedista preso à linha de vida, sempre que o operário estiver em posição superior a 2 m de altura do piso;
- Linha de vida do tipo cabo de aço, fixada em estrutura independente;
- Utilização de óculos de segurança, avental, luvas, máscara anti-pó e protetores auriculares sempre que houver trabalho com máquinas rotativas e de percussão, do tipo furadeiras, lixadeiras, martelotes, serras, polimento etc.



## SENADO FEDERAL

- Utilização de luvas de raspa durante todas as atividades carregamento, transporte e descarregamento de ferramentas e materiais;
- Utilização de capacete de segurança em toda a área da obra;
- Utilização de botina de segurança com biqueira de aço;
- Aplicação de protetor solar para pele durante o desempenho de atividades a céu aberto;
- Controle médico;
- Qualificação técnica dos trabalhadores para o serviço;
- É proibido o trabalho em telhado com chuva ou vento, bem como concentrar cargas num mesmo ponto;
- Definição de trajeto sobre o telhado, visando deslocamento racional;
- Em virtude do tipo de telhado e da sua resistência, pode ser necessário utilizar uma prancha apoiada sobre as telhas.

### Das medidas mínimas de proteção coletiva:

- Sinalização e isolamento da área onde os trabalhos estiverem sendo desenvolvidos, de modo a prevenir o acesso de pessoas não envolvidas diretamente com os trabalhos;
- Dotar andaimes e estruturas móveis de elevação de guarda corpo peitoril superior com altura mínima de 1,2 m, peitoril intermediário com altura mínima de 0,7 m e rodapé com altura mínima de 0,2 m e outras condições expressas na NR-18 e NR-35 do Ministério do Trabalho e Emprego.

### Das ligações elétricas temporárias:

- A ligação dos equipamentos à rede elétrica sempre deve ser feita por meio de conjunto plugue-tomada;
- Ligar apenas um equipamento em cada tomada.



SENADO FEDERAL


COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2013

ANEXO 03

(Processo nº 021.264/12-0)

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

 <b>SENADO FEDERAL</b> <b>SECRETARIA DE ENGENHARIA</b> <b>SUBSECRETARIA DE OBRAS</b>		<b>Obra:</b> Construção de Estrutura Metálica para Cobertura de Prédio				
		<b>Local:</b> SECRETARIA DE ENGENHARIA - SENG				
		JULHO/12				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO M.O + MATERIAL	TOTAL	LOCAL DA PESQUISA
<b>1</b>	<b>ESTRUTURA METÁLICA</b>					<b>128.663,91</b>
<b>1.1</b>	<b>ESTRUTURA PRINCIPAL (21 UNIDADES)</b>					<b>41.482,80</b>
1.1.1	Banzos e montantes - Perfil "U" enrijecido, caixa - 250 mm x 170 mm, # 3,04mm. Barra de 6,0 m. AÇO USI-SAC 300.	barra	104,00	333,45	34.678,80	PRAÇA
1.1.2	Espaçadores superiores de tesouras - Perfil "U" enrijecido, caixa - 150 mm x 120 mm x 20 mm, # 2,65mm. Barra de 6,0 m. AÇO USI-SAC 300.	barra	40,00	170,10	6.804,00	PRAÇA
<b>1.2</b>	<b>TERÇAS (14 LINHAS)</b>					<b>55.251,72</b>



## SENADO FEDERAL

1.2.1	Enterçamento - Perfil "U" enrijecido, aberto - 150 mm x 60 mm x 20 mm, # 3,04mm, com 120,00 m, cada linha. Barra de 6,0 m. AÇO USI-SAC 300.	barra	280,00	190,35	53.298,00	PRAÇA
1.2.2	Espaçadores de terças - Ferro redondo 3/8" (40 linhas com 20,00 m). Barra com 6,0 m. Aço doce.	barra	134,00	14,58	1.953,72	PRAÇA
<b>1.3</b>	<b>CONTRAVENTAMENTOS</b>	<b>4.745,14</b>				
1.3.1	Contraventamentos - Ferro redondo 1/2" (60 linhas com 20,40 m cada linha). Barra com 6,0 m. Aço doce.	barra	204,00	23,26	4.745,14	PRAÇA
<b>1.4</b>	<b>ACESSÓRIOS</b>	<b>27.184,25</b>				
1.4.1	Sapata tipo 01 - chapa cortada de 3/8" (350mm x 270mm). AÇO USI-SAC 300.	un	63,00	51,30	3.231,90	PRAÇA
1.4.2	Sapata tipo 02 - chapa cortada de 3/8" (1900mm x 270mm). AÇO USI-SAC 300.	un	42,00	270,00	11.340,00	PRAÇA
1.4.3	Chumbador Parabolt de 1/2" X 4 1/4"	un	504,00	2,52	1.272,35	PRAÇA
1.4.4	Reforço triangular para base (montantes/sapata), 3/8", 100 mm x 50 mm. AÇO USI-SAC 300.	un	840,00	13,50	11.340,00	PRAÇA
<b>2</b>	<b>MAQUINÁRIO / EQUIPAMENTO</b>	<b>6.591,60</b>				
2.1	Guindaste Munk com cesto, carga máxima 5,75T (Alt 2m) E 2,3T (Alt 5m), altura máxima = 7,9m	h	240,00	25,87	6.208,80	SINAPI
2.2	Andaimes	m²	30,00	12,76	382,80	SINAPI
<b>3</b>	<b>COBERTURA</b>	<b>192.993,92</b>				
<b>3.1</b>	<b>TELHAS</b>	<b>174.435,36</b>				
3.1.1	Cobertura - Telha fibrocimento, modulada, Eternit, ou de superior qualidade, com 4,10m x 0,6m x 8mm.	un	440,00	136,64	60.123,36	PRAÇA
3.1.2	Cobertura - Telha fibrocimento, modulada, Eternit, ou de superior qualidade, com 3,70m x 0,6m x 8mm.	un	440,00	147,00	64.680,00	PRAÇA



## SENADO FEDERAL

3.1.3	Cobertura - Telha fibrocimento, modulada, Eternit, ou de superior qualidade, com 3,20m x 0,6m x 8mm.	un	440,00	112,80	49.632,00	PRAÇA
<b>3.2</b>	<b>PEÇAS COMPLEMENTARES</b>	<b>18.558,56</b>				
3.2.1	Cumeeira articulada para telha fibrocimento, modulada, Eternit, ou de superior qualidade	un	480,00	30,00	14.400,00	PRAÇA
3.2.2	Rufo - Chapa galvanizada 26 (0,50 mm). Desenvolvimento de 800 mm.	kg	80,00	5,23	418,56	PRAÇA
3.2.3	Pino para fixação de telhas - 400 mm x 1/4", com acessórios	un	3.400,00	1,10	3.740,00	PRAÇA
<b>4</b>	<b>PAREDES / REVESTIMENTOS</b>	<b>1.977,83</b>				
4.1	Alvenaria em tijolo cerâmico furado, 1/2 vez. 10cm x 20cm x 20cm	m²	29,40	31,21	917,57	SINAPI
4.2	Regularização traço 1:3, espessura 2cm	m²	10,86	10,58	114,90	SINAPI
4.3	Proteção mecânica, espessura 2cm	m²	10,86	10,49	113,92	SINAPI
4.4	Chapisco	m²	58,80	3,41	200,51	SINAPI
4.5	Reboco	m²	58,80	10,73	630,92	SINAPI
<b>5</b>	<b>IMPERMEABILIZAÇÃO</b>	<b>1.226,89</b>				
5.1	Impermeabilização com manta asfáltica, espessura 4mm	m²	14,83	82,73	1.226,89	SINAPI
<b>6</b>	<b>PINTURA</b>	<b>2.054,69</b>				
6.1	Pintura anticorrosiva (fundo de acabamento) - Estrutura	m²	900,00	1,92	1.728,00	PRAÇA
6.2	Pintura acrílica exterior - Alvenaria	m²	58,80	5,56	326,69	SINAPI
<b>7</b>	<b>SIST. PROT. DESCARGAS ATMOSFÉRICAS</b>	<b>29.536,20</b>				
7.1	Desmontagem da rede do sistema de para-raios	m	610,00	16,14	9.845,40	PINI
7.2	Montagem da rede do sistema de para-raios	m	610,00	32,28	19.690,80	SINAPI





SENADO FEDERAL

8	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	60.437,41				
8.1	Eletrocalha 300x150mm barra de 3m	m	137,00	150,00	20.550,00	PRAÇA
8.2	Tubulação em pvc 1" para a passagem de circuitos	m	535,00	9,67	5.173,45	SINAPI
8.3	Luvas em pvc 1"	un	360,00	3,80	1.368,00	SINAPI
8.4	Arruela 1"	un	360,00	1,17	421,20	SINAPI
8.5	Cabo flexível 25mm², rolo 100m	m	1600,00	13,96	22.336,00	SINAPI
8.6	Cabo flexível 10mm²	m	6,00	6,57	39,42	SINAPI
8.7	Cabo flexível 16mm²	m	6,00	8,45	50,70	SINAPI
8.8	Terminal Aéreo fixação horizontal com grampo conector	un	63,00	7,47	470,61	PRAÇA
8.9	Isolador com chapa de encosto	un	400,00	4,23	1.692,00	PRAÇA
8.10	Cordoalha em cobre nu 35mm	m	385,00	8,80	3.388,00	PRAÇA
8.11	Mangueira sanfonada de passagem 1" rolo 50m	m	45,00	55,00	2.475,00	PRAÇA
8.12	Cimento (saco)	un	1,00	18,50	18,50	SINAPI
8.13	Areia Lavada média(saco)	un	3,00	3,93	11,79	PRAÇA
8.14	Ferro 6,5mm barra 12m	m	24,00	14,39	345,36	PRAÇA
8.15	Massa Pronta(saco)	un	6,00	20,61	123,66	PRAÇA
8.16	Brita nº01(saco)	un	4,00	4,38	17,52	PRAÇA
8.17	Tijolo cerâmico furado 20x20x10	un	60,00	0,47	28,20	SINAPI
8.18	Mão francesa 25x50cm	un	40,00	25,65	1.026,00	PRAÇA
8.19	Mão francesa 40x80cm	un	22,00	41,00	902,00	PRAÇA
9	AR CONDICIONADO	9.653,40				
9.1	Luva Galv. 3"	un	4,00	5,11	20,44	SINAPI
9.2	Tubo SCH 40 Galv. sem costura 3"	m	12,00	124,31	1.491,72	SINAPI
9.3	Registro gaveta Galv. 3"	un	6,00	315,85	1.895,10	PINI
9.4	Cotovelo 90° SCH 40 Galv. 3"	un	18,00	72,84	1.311,12	SINAPI
9.5	Joelho 45° SCH 40 Galv. 3"	un	8,00	42,00	336,00	SINAPI



# SENADO FEDERAL

9.6	Borracha elastomérica, AF/Armaflex, DN 3" e = 60 mm	m	12,00	38,50	462,00	PRAÇA
9.7	Adesivo Armaflex 520S (900 ML) OU SIMILAR	lt	2,00	124,50	249,00	PRAÇA
9.8	Chapa em Alumínio Lisa 3,00 x 1,20	pç	4,00	232,30	929,20	PRAÇA
9.9	Chapa Galvanizada lisa 3,00 x 1,20 (# 16)	pç	5,00	78,30	391,50	PRAÇA
9.10	Cantoneira Abas iguais 1.1/4"x1.1/4"x1/8"	m	24,00	22,60	542,40	PRAÇA
9.11	Parabolt "chumbador" (1/4")	pç	60	2,70	162,00	PRAÇA
9.12	Arruela 1/4" x 1/2"	un	100,00	0,55	55,00	PRAÇA
9.13	Porca sextavada 1/4" galv.	un	100,00	0,12	12,00	PRAÇA
9.14	Tubulação em PVC soldável (3/4")	m	70,00	4,19	293,30	PINI
9.15	Joelho 90º em PVC soldável (3/4")	un	24,00	3,46	83,04	SINAPI
9.16	Luva em PVC soldável (3/4")	un	20,00	2,21	44,20	SINAPI
9.17	Tê em PVC Sold. (3/4")	un	2,00	1,66	3,32	SINAPI
9.18	Adaptador R - L (3/4")	un	2,00	10,37	20,74	SINAPI
9.19	Fita Teflon veda-rosca	rl.	4,00	7,11	28,44	SINAPI
9.20	Abraçadeira tipo copo (3/4")	m	12,00	9,20	110,40	PRAÇA
9.21	Pafuso com porca sextavada (1/4")	un	100,00	0,15	15,00	SINAPI
9.22	Barbante	rl.	1,00	40,00	40,00	PRAÇA
9.23	Tinta Zarcão 3,6	lt.	1,00	66,10	66,10	SINAPI
9.24	Tubo industrial quadrado (40x40mm), espessura 1,5mm (escada). Barra com 6m	barra	15,00	59,10	886,50	PRAÇA
9.25	Chapa de piso anti-derrapante (patamar escada), espessura 3,04mm (80cmx65cm)	pç	1,00	100,00	100,00	PRAÇA
9.26	Vergalhão 3/8" (escada)	kg	19,00	5,52	104,88	SINAPI
<b>10</b>	<b>LIMPEZA FINAL DA OBRA</b>					<b>2.424,00</b>
10.1	Limpeza da obra	m²	2400,00	1,01	2.424,00	SINAPI
<b>TOTAL</b>					<b>435.559,84</b>	



SENADO FEDERAL

11	COMPOSIÇÃO DA TAXA DO B.D.I	25,50%	111.067,76	
11.1	Despesa Administrativa Central - ADM			
11.2	Impostos Incidentes Sobre o Faturamento - IMP			
11.2.1	ISS			
11.2.2	PIS			
11.2.3	COFINS			
11.3	Despesas Financeiras - DEF			
11.4	Riscos e Imprevistos - RI			
11.5	Lucro Bruto - LB			
PREÇO TOTAL GLOBAL		546.627,61		
1. Esta planilha é orientativa. A Contratada deve oferecer serviços em quantidade e valor necessários à execução perfeita e completa da obra objeto do contrato.				
2. As empresas não poderão usar a unidade Vb (verba) para quantificar as planilhas orçamentárias.				
3. Os preços unitários foram consultados no SINAPI, PINI e na Praça de Brasília.				
4. BDI máximo conforme ato do primeiro secretário, número 10, de 2010.				
5. FÓRMULA DO B.D.I. → BDI % = (1 + ADM % + DEF % + RI % + LB %) / (1 - IMP %) - 1				
6. A MÃO-DE-OBRA CONSIDERADA NA ESTRUTURA METÁLICA É DE 35%				
7. A MÃO-DE-OBRA CONSIDERADA NA COBERTURA É DE 20%				



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2013**

**ANEXO 04**

**(Processo nº 021.264/12-0)**

<b>MINUTA DE CONTRATO</b>
---------------------------

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/20\_\_**

Que entre si celebram, de um lado, a **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, e, do outro,..... para **executar serviço de cobertura da Unidade de Apoio I do SENADO FEDERAL**.

**A UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, \_\_\_\_\_, e de outro lado \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, fax nº (\_\_\_\_) \_\_\_\_-\_\_\_\_ e (\_\_\_\_) \_\_\_\_-\_\_\_\_, telefone nº (\_\_\_\_) \_\_\_\_-\_\_\_\_ e \_\_\_\_-\_\_\_\_, CNPJ-MF nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, CI \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_/\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_-\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente da TOMADA DE PREÇOS nº 001/2013, homologada pela Senhora Diretora-Geral às fls. \_\_\_\_\_, do Processo nº 021.264/12-0, incorporando a este instrumento o Edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA (fls. \_\_\_\_/\_\_\_\_), sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dos Atos nºs. 24/1998 e 10/2010, ambos da Comissão Diretora do SENADO, e das cláusulas seguintes:



SENADO FEDERAL

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto **contratação de empresa de engenharia especializada para executar serviço de cobertura da Unidade de Apoio I do SENADO FEDERAL**, de acordo com os termos e especificações do Edital, seus Anexos e proposta da CONTRATADA, fls. \_\_\_\_.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

**I** – manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

**II** – apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

**III** – efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;

**IV** – providenciar todas as licenças necessárias à execução da obra;

**V** – arcar com o pagamento de todas as taxas e despesas necessárias à execução da obra, inclusive seguros dos materiais, dos equipamentos e de acidente do trabalho;

**VI** – instalar placa no local da obra, com nome do projetista, bem como a razão social da firma, endereço, telefone e o objeto da instalação;

**VII** – prover todos os materiais de consumo e equipamentos de uso esporádico, que possibilitem perfeita condução dos trabalhos dentro do cronograma estabelecido;

**VIII** – dotar sua equipe técnica de treinamento, ferramentas e equipamentos de proteção individual (EPI) que sejam necessários à preservação da incolumidade física dos funcionários da própria empresa e dos servidores e usuários do SENADO FEDERAL;

**IX** – exigir de todos os seus empregados e prepostos o uso de identificação externa, na forma definida pela Administração do SENADO, bem como que estes exerçam suas atividades devidamente uniformizados e com equipamentos de proteção individual do



## SENADO FEDERAL

trabalho de acordo com a legislação em vigor;

**X** – entregar o objeto da presente contratação devidamente registrado e aprovado pelos órgãos competentes;

**XI** – indicar preposto para este contrato que irá representá-la sempre que for necessário;

**XII** – não causar transtornos ao fornecimento de água, energia elétrica, telefone e instalações de ar-condicionado do SENADO;

**XIII** – solicitar por escrito, quando for o caso, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, o desligamento de quaisquer partes do sistema elétrico, hidráulico, ou de telecomunicações que se faça necessário para a perfeita execução dos serviços;

**XIV** – providenciar, às suas expensas, a isolamento do local de trabalho com tapumes pintados de branco, firmemente afixados e apurados;

**XV** – entregar os projetos de “as built” em mídia eletrônica, formato DWG;

**XVI** – fornecer: as máquinas, os equipamentos, as ferramentas, os materiais, a mão de obra (inclusive os encargos sociais), os insumos, o transporte e tudo mais que seja necessário para a execução, a conclusão e a manutenção dos serviços, sejam eles definitivos ou temporários. Os custos relativos a esses itens deverão estar embutidos nos respectivos custos unitários ou no BDI;

**XVII** – dotar o local da execução dos serviços dos dispositivos de proteção coletiva necessários para resguardar a incolumidade física dos funcionários da própria empresa e dos servidores e usuários do Senado;

**XVIII** – assegurar que todos os funcionários utilizem todos os equipamentos obrigatórios previstos em regramento oficial federal ou local que disponha sobre proteção ao trabalhador contra acidentes do trabalho, especialmente o disposto na NR-6, NR-18, NR-35 (requisitos mínimos e medidas de proteção para o trabalho em altura) e demais Normas Regulamentadoras aplicáveis;

**XIX** – acompanhar direta e continuamente sua equipe de trabalho e fazer cumprir a determinação de uso obrigatório dos EPI's, podendo sofrer penalidades contratuais em caso de não observância;

**XX** – responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos que tenham conexão com a execução do objeto contratado, causados ao Senado Federal e





## SENADO FEDERAL

a terceiros;

**XXI** – informar por escrito, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis o dia do início dos trabalhos para que seja providenciado o isolamento da área onde o serviço será executado;

**XXII** – promover, às suas expensas, a substituição em até 05 (cinco) dias úteis dos materiais ou equipamentos recusados pelos gestores;

**XXIII** – proteger os móveis, vidros, instalações e objetos existentes com lonas e outros materiais adequados, de modo a evitar danos;

**XXIV** – depositar o lixo e a estrutura retirada proveniente do serviço em local próprio indicados pelo SENADO;

**XXV** – tomar todas as providências necessárias para a manutenção da boa aparência estética nos locais que sofrerão intervenções;

**XXVI** – manter o local dos serviços e seus acessos permanentemente limpo, livre de quaisquer sujidades causadas pela execução dos serviços, procedendo tanto à limpeza grossa quanto à fina logo após o término de quaisquer trabalhos;

**XXVII** – fornecer previamente ao Senado Federal relação nominal, para fins de registro e autorização junto à Polícia Legislativa do Senado Federal, informando os respectivos números de Registro Geral dos documentos de identidade de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços contratados, bem como informar qualquer alteração que venha ocorrer na referida relação;

**XXVIII** – fornecer previamente ao Senado Federal relação dos equipamentos e veículos, para fins de registro e autorização de entrada pela Polícia Legislativa do Senado Federal, informando os respectivos números de registros;

**XXIX** – observar as disposições e especificações contidas do Projeto Básico e deste Contrato, devendo atendê-las em sua plenitude, cabendo aplicação de penalidades contratuais no descumprimento de quaisquer dos seus itens;

**XXX** – designar por escrito funcionários para atender ao Senado Federal, indicar números de telefone e endereços de e-mail para contato;

**XXXI** – executar e acompanhar todos os testes relacionados ao perfeito funcionamento do objeto e todas as instalações cujo funcionamento possa ter sido afetado durante a execução do serviço;



## SENADO FEDERAL

**XXXII** – elaborar, por meio do responsável técnico pela empresa, plano de desmonte da estrutura e apresentá-lo aos gestores para aprovação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias do término da execução do objeto do contrato;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA deverá, no prazo de até 10 (dez) dias corridos da assinatura deste contrato, comprovar por meio de documentação própria o registro da responsabilidade técnica (RRT ou ART) da obra perante o referido conselho (CAU ou CREA).

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA deverá, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da assinatura deste contrato, quando couber, apresentar a matrícula da obra junto ao INSS (CEI), sendo que no campo “RESPONSÁVEL” deverá constar o CNPJ da mesma.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto deste contrato, salvo autorização expressa do SENADO.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem subrogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros, salvo a hipótese de subcontratação na forma estabelecida na Cláusula Quinta deste ajuste.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Caberá ao SENADO:

**I** - promover o cumprimento do contrato e documentos;

**II** - dirimir eventuais dúvidas da CONTRATADA;

**III** - permitir acesso dos funcionários da CONTRATADA às suas dependências para a execução da obra;



## SENADO FEDERAL

**IV** - comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer problemas verificados no cumprimento do Contrato;

**V** - recusar qualquer material ou serviço entregue em desacordo com o especificado ou fora das condições contratuais ou do bom padrão de acabamento e qualidade; e

**VI** - determinar à CONTRATADA a substituição de qualquer profissional vinculado a esta, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse da Administração Pública.

### CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA deverá executar o objeto deste contrato sob regime de execução **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, nos termos do Projeto Básico (Anexo 05), das Especificações (Anexo 02), e dos manuais dos fabricantes de telhas de fibrocimento Eternit, Brasilit (ou manual técnico de fabricante de produto similar aprovado pelos gestores), mediante a emissão de ordem de serviço pelo gestor do contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A CONTRATADA deverá submeter à aprovação prévia do gestor deste contrato o planejamento detalhado de execução e horário de realização dos serviços, incluindo-se nesta condição o transporte de materiais e/ou equipamentos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Fica estabelecido que o objeto será executado diretamente e sob orientação e comando exclusivos da CONTRATADA, cabendo ao gestor apenas fazer as comunicações necessárias por intermédio do preposto por ela designado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Todo e qualquer material a ser utilizado na execução dos serviços, objeto do presente contrato, deverá ser de primeira qualidade e será submetido ao gestor para exame quanto à adequação às especificações contidas no edital, sob pena de não aceitação, podendo a fiscalização exigir as notas fiscais e comprovantes de aquisição.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Caso ocorra algum problema durante a execução deste contrato ou a qualquer tempo e que seja comprovadamente dela decorrente, não será aceita qualquer tentativa de isenção de responsabilidade sob a alegação de que era o exigido no projeto.

**PARÁGRAFO QUINTO** - O(s) responsável(is) técnico(s) pelos serviços estará(ão) à disposição da administração do SENADO, podendo, sem prejuízo de sua responsabilidade pessoal, fazer-se representar perante a fiscalização por técnico



## SENADO FEDERAL

habilitado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A substituição de integrante da equipe técnica da CONTRATADA, durante a execução dos serviços, depende da aquiescência do SENADO quanto ao substituto, presumindo-se aceito, na ausência de manifestação em contrário dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis da ciência da substituição.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - As comunicações e entendimentos do gestor com a CONTRATADA serão feitos por intermédio de livro diário de ocorrências, sendo as folhas rubricadas pelas partes.

**PARÁGRAFO OITAVO** - O diário de obra deverá estar sempre atualizado e à disposição da fiscalização pela CONTRATADA.

**PARÁGRAFO NONO** - Durante a execução dos serviços deverá ser providenciada a retirada de entulhos regularmente, de modo que não haja acúmulo de tal material no local; após a execução dos serviços deverá ser feita a limpeza completa. A CONTRATADA deverá utilizar caçamba metálica estacionária com capacidade de 5m<sup>3</sup> para a remoção do entulho, a ser instalada em local próximo indicado pelos gestores.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Caso seja necessária a desmontagem ou desligamento de qualquer equipamento instalado no local do serviço a ser executado, é necessária prévia concordância e autorização da Secretaria de Engenharia;

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - A CONTRATADA, antes da comunicação do término da obra, deverá efetuar uma vistoria final acompanhada da Fiscalização.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - A fiscalização exercida pelo SENADO não implicará a redução ou exclusão da responsabilidade da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - Ao final da execução dos serviços a CONTRATADA fornecerá cadastro das novas instalações, realizado o "as built" da obra, em programa CAD-DWG, em mídia eletrônica, que possibilite seu perfeito entendimento.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição dos materiais ou serviços considerados inadequados pelo gestor.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - A CONTRATADA deverá assegurar que a área nas proximidades da execução do serviço esteja sempre limpa e livre de obstáculos (tapume, andaime, ferramentas etc.), especialmente nos dias úteis de funcionamento do Senado Federal.



## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - Não poderá ocorrer a obstrução do trânsito de veículos e de pessoas nas vias em volta do edifício onde os serviços serão executados nos dias úteis de funcionamento do Senado Federal.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - A CONTRATADA deverá instalar anteparos nas extremidades da área dos serviços de forma a evitar que materiais sejam projetados para o solo, ou atinjam automóveis ou pessoas que passam pelas proximidades do local.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - Todo e qualquer material similar utilizado que não seja da marca especificada deve ser aprovado previamente pelos gestores.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** - Em caso de inconsistências ao demandado na especificação e projetos em anexo, os gestores notificarão a CONTRATADA para que tome as medidas corretivas e regularize a situação no prazo de até 10 (dez) dias úteis, sem ônus para a CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO** - A execução dos serviços obedecerá rigorosamente, além das especificações constantes do Projeto Básico (Anexo 05 do edital):

**I** - Normas da ABNT específicas que regulem os serviços descritos neste Projeto Básico, NBR 8800 (Projeto de Estruturas de Aço em Edifícios), NBR 6123 (Forças devidas ao vento em edificações), NBR 5639 (Emprego de Chapas Estruturais de Cimento-Amianto), NBR 5640 (Telha Estrutural de Fibrocimento), NBR 5641 (Chapas Estruturais de Cimento-Amianto – Determinação da Resistência à Flexão – Método de Ensaio), NBR 14762 (Dimensionamento de Estruturas de Aço Constituídas por Perfis formados a Frio), NBR 8055 (Parafusos, ganchos e pinos usados para a fixação de telhas de fibrocimento - Dimensões e tipos - Padronização), NBR 9066 (Peças complementares para telhas onduladas de fibrocimento - Funções, tipos e dimensões – Padronização), NBR 9971, NBR 7678 (Segurança na execução de obras e serviços de construção) e demais normas aplicáveis direta ou subsidiariamente e todas as demais normas técnicas de Engenharia referentes aos sistemas e partes do objeto;

**II** - Normas da ABNT específicas que regulem os materiais, suas composições e características, além da descrição constante no Projeto Básico;

**III** – Normas das Concessionárias Locais de serviços públicos;

**IV** – Normas internacionais consagradas;



## SENADO FEDERAL

**V** – Recomendações do “Manual de Obras Públicas – Edificações – Construções” do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

**VI** – Recomendações do Manual de “Obras Públicas – Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas” do Tribunal de Contas da União;

**VII** – Recomendações, ensaios de qualidade e instruções de associações industriais, Inmetro ou outras instituições consagradas industrialmente; e

**VIII** – Recomendações e instruções dos fabricantes.

### CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

O SENADO poderá, nos termos da lei, autorizar a subcontratação parcial, objetivando o bom andamento do serviço, mediante justificativa detalhada a ser apresentada pela CONTRATADA, contendo, no mínimo:

I - Descrição dos serviços a serem executados pela subcontratada;

II - Cópia do contrato social da empresa; e

III - Declaração de responsabilidade quanto à análise da conformidade documental e habilitação da subcontratada, inclusive quanto à compatibilidade da empresa frente ao Atestado de Capacidade Técnica apresentado, devendo a Contratada zelar rigorosamente pela execução dos serviços subcontratados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA tomará as providências cabíveis e responsabilizar-se-á pelo pleno atendimento, por parte das empresas subcontratadas, às determinações deste Contrato, do Projeto Básico e documentos relacionados.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Em caso de subcontratação, não será estabelecido qualquer vínculo entre o SENADO e a subcontratada, permanecendo a CONTRATADA responsável pelo integral cumprimento das obrigações legais e contratuais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA deverá informar previamente ao gestor deste contrato a subcontratação a ser realizada no curso da vigência deste instrumento, bem como qualquer substituição de subcontratada, e, se autorizadas, comprovadas com os respectivos contrato e distrato entre as partes ou outro instrumento equivalente.





## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO QUARTO** – A CONTRATADA deverá comprovar que a subcontratada atende às condições de habilitação, mediante a apresentação dos documentos exigidos nos itens 3.1.1 a 3.1.5; 3.1.7 a 3.1.9; letra “b” do subitem 3.1.10; letras “a”, “b” e “c” do subitem 3.1.11 e 3.1.12 do edital, bem como capacidade técnica compatível com o objeto da subcontratação, devendo substituir de comum acordo com o gestor, a subcontratada que, de qualquer forma, impeça, dificulte ou prejudique a prestação dos serviços.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A CONTRATADA se obriga a inserir, no contrato ou instrumento equivalente de prestação de serviços que vier a celebrar com sua eventual subcontratada, cláusula estabelecendo responsabilidade solidária em relação à execução do objeto subcontratado.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Somente poderão ser subcontratados os itens 1, 2, 7, 8 e 9 da planilha de composição de custos (Anexo III), não podendo ultrapassar 40% (quarenta por cento) do preço global total.

### CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Executado este contrato, o seu objeto será recebido:

**I** – provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, no prazo de até 15 (quinze) dias da comunicação escrita pela CONTRATADA de que o serviço foi executado, para fins de verificação de conformidade do objeto entregue às exigências deste Edital e seus Anexos. O encerramento da obra é definido como a execução total de todos os serviços definidos nas especificações técnicas, incluindo reparos a eventuais danos causados ao patrimônio do Senado Federal ou de terceiros durante a execução do serviço; e

**II** – definitivamente, pelo gestor ou comissão designada pela Diretora-Geral, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, às especificações técnicas dos projetos, às especificações técnicas do fabricante das telhas, a todas as normas relevantes, às recomendações do “Manual de Obras Públicas – Edificações – Construção” do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Recebido definitivamente, a CONTRATADA responderá pela solidez e segurança da obra executada, bem assim serviços, equipamentos e materiais, **pelo prazo de, no mínimo, 5 (cinco) anos** ficando obrigada, de acordo com a legislação em vigor, a reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificarem imperfeições, vícios,



## SENADO FEDERAL

defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço ou de materiais empregados, por exigência do gestor, que lhe assinará prazo compatível com as providências a serem adotadas.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o valor global de R\$\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), de acordo com o cronograma físico-financeiro de desembolso constante da proposta de fls.\_\_\_\_ da CONTRATADA, não sendo em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos por serviços não executados ou executados de forma incompleta.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O preço fixado nesta cláusula compreende todas as despesas e custos diretos e indiretos inerentes ao seu fiel cumprimento, observada a legislação pertinente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O pagamento será feito, por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, mediante o recebimento da nota fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação do serviço executado, acompanhada de uma cópia da nota de empenho e da(s) ordem(ns) de serviço(s).

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O pagamento será efetuado após juntada ao processo respectivo do Boletim de Medição, aprovado pela fiscalização de acordo com as etapas do cronograma físico-financeiro de desembolso, e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O pagamento efetuar-se-á no prazo de até 9 (nove) dias úteis, a contar do recebimento do documento fiscal, ficando condicionado à atestação do gestor na nota fiscal/fatura, devendo ainda a CONTRATADA entregar, junto com o documento fiscal, os comprovantes atualizados das Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (**GFIP**) e das Guias de Relação de Empregados (**GRE**); bem como, de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (**CND**) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS (**CRF**), anotação da responsabilidade técnica junto ao CREA-DF ou ao CAU-DF, a Certidão Conjunta Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, e ainda, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**), regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**), sob pena de aplicação de penalidades;

**PARÁGRAFO QUINTO** – Eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.



## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO SEXTO** – Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do Parágrafo Quarto desta Cláusula será suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no PARÁGRAFO QUARTO e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365$$

$$I = 6 / 100 / 365$$

$$I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

## CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

O preço será fixo e irrevogável.

## CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, §§ 1º e 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Estando a CONTRATADA expressamente de acordo com a adequação do projeto básico, as alterações contratuais sob alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite do art. 65, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.



## SENADO FEDERAL

### CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação orçamentária própria do SENADO, classificada como Programa de Trabalho **000040** e Natureza de Despesa **449051**, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do presente contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A CONTRATADA tem o prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir da data da assinatura deste contrato, para efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A CONTRATADA, na ocorrência da situação prevista no art. 48, § 2º, da Lei nº 8.666/93, prestará garantia adicional, no prazo de 10 (dez) dias corridos e dentre as modalidades previstas no “caput” e § 1º desta cláusula.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** - No caso de vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o mesmo prazo previsto no parágrafo segundo, a contar da ocorrência do fato, para renová-la ou complementá-la.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Nas hipóteses de a garantia ser prestada nas formas previstas nos incisos II e III, não se admitirá que os respectivos documentos contenham qualquer termo ou condição que limitem ou frustrem a plena execução do valor da garantia ofertada.



## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO SEXTO** – A garantia será liberada após o Termo de Recebimento Definitivo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, de acordo com a legislação em vigor.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO**

Caberá aos gestores designados pela Diretora-Geral promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

**I** – advertência;

**II** – multa;

**III** – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o SENADO e seus órgãos supervisionados por prazo de até 2 (dois) anos; e

**V** – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**PARAGRAFO PRIMEIRO** – Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos desta cláusula, a CONTRATADA poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e ser descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores da CONTRATANTE pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, além de multa de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da contratação, se:

**I** – retardar a execução do objeto;

**II** – falhar na execução do contrato.



## SENADO FEDERAL

**PARAGRAFO SEGUNDO** – O retardamento da execução ficará configurado quando a CONTRATADA:

**I** – deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 15 (quinze) dias contados da emissão da ordem de serviço;

**II** – deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados. Excetuam-se, neste caso, os feriados prolongados, quando deverá a CONTRATADA notificar previamente os gestores da intenção de interromper os trabalhos no período.

**PARAGRAFO TERCEIRO** – Considerando-se a graduação de infrações previstas na Tabela 3, a falha na execução do contrato ficará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em, pelo menos, 1 (uma) das situações previstas na Tabela 1:

**Tabela 1**

GRAU DA INFRAÇÃO	QUANTIDADE DE INFRAÇÕES COMETIDAS DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	10 ou mais
2	8 ou mais
3	6 ou mais
4	4 ou mais
5	3 ou mais
6	2 ou mais

**PARAGRAFO QUARTO** – Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATANTE aplicará multas conforme as graduações, os valores e as descrições estabelecidas nas Tabelas 2 e 3:

**Tabela 2**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 300,00
2	R\$ 600,00
3	R\$ 1.000,00
4	R\$ 1.500,00
5	R\$ 3.000,00
6	R\$ 6.000,00





## SENADO FEDERAL

**Tabela 3**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar;	3	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	4	Por dia e por tarefa designada
3	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar dos gestores;	3	Por ocorrência
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços, desuniformizado ou com conduta incompatível com suas atribuições e ambiente de trabalho;	3	Por empregado e por dia.
5	Deixar de apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos serviços para início da execução destes no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço,	1	Por dia de atraso;
6	Não manter a documentação de habilitação atualizada; por item,	1	Por ocorrência.
7	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material;	3	Por ocorrência.
8	Deixar de executar serviço nos prazos e horários estabelecidos pelos gestores, observados os limites estabelecidos por este contrato;	2	Por ocorrência.
9	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC), quando necessários;	6	Por ocorrência.
10	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência dos gestores;	3	Por ocorrência.
11	Deixar de refazer serviço não aceito pelos gestores, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pelos gestores;	3	Por ocorrência.
12	Recusar-se a cumprir determinações formais dos gestores, inclusive para execução de serviços, sem motivo justificado;	5	Por ocorrência.
13	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer funcionário da empresa ou servidores e usuários do Senado;	6	Por ocorrência.
14	Quando a Contratada tiver atraso superior a 6 (seis) dias daqueles previstos no cronograma físico-financeiro na execução da obra objeto do contrato.	4	Por ocorrência.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O atraso injustificado na execução deste contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre a parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO SEXTO** – A não apresentação da garantia contratual prevista na cláusula décima primeira sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias.



## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A não apresentação da documentação prevista no parágrafo quarto da cláusula sétima sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos parágrafos quinto e sexto, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

**PARÁGRAFO NONO** – Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, no caso deste contrato vir a ser rescindido por culpa exclusiva da CONTRATADA, será aplicada multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – A multa, aplicada após regular processo administrativo, garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou, se insuficiente, da garantia prestada na forma da cláusula décima primeira deste contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – O valor remanescente da multa não quitada totalmente deverá ser recolhido à conta do SENADO ou, em último caso, cobrado judicialmente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – As penalidades aplicadas na forma desta cláusula serão comunicadas à seção regional do Distrito Federal do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA-DF ou do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/DF.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

I - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou



## SENADO FEDERAL

**II - judicial, nos termos da legislação.**

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da referida lei.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

Este contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até a do Termo de Recebimento Definitivo do Objeto, conforme previsto no inciso II da Cláusula Sexta.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O prazo de execução do objeto deste contrato é de **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço, que deverá ser emitida em até **15 (quinze) dias úteis** da assinatura do contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os prazos de início das etapas de execução, de conclusão e de entrega poderão ser prorrogados, desde que devidamente justificados os motivos, nos termos do art. 57, § 1º e seus incisos, da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito, analisada pelo gestor do contrato e encaminhada previamente à SADCON que submeterá à deliberação da Diretora-Geral do SENADO, devendo em seguida ser feito o devido apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.



SENADO FEDERAL

Brasília-DF,      de                      de 2013.

***Representante do Senado Federal***

***Representante da Contratada***

Diretor da \_\_\_\_\_

Diretor da \_\_\_\_\_



SENADO FEDERAL

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2013

ANEXO 05

(Processo nº 021.264/12-0)

### PROJETO BÁSICO

#### OBJETO

A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa de engenharia para execução de 2.400,00 m<sup>2</sup> de cobertura em estrutura metálica sobre a Unidade de Apoio I, do Senado Federal, em Brasília/DF, em regime de empreitada por preço global, conforme projeto e especificações constantes deste Projeto Básico.

#### CARACTERÍSTICAS DO OBJETO

O serviço consiste em:

- Construir estrutura metálica composta de tesouras;
- Assentar telhas em fibrocimento do tipo modulada, padrão Eternit, Brasilit ou similar;
- Construir alvenaria onde for necessário (empena e base de caixa d'água);
- Executar impermeabilização com manta asfáltica em laje que permanecerá descoberta;
- Substituição de para-raios instalado sobre a laje por outro instalado sobre as telhas;
- Substituição de infraestrutura elétrica existente sobre a laje por outra instalada nas laterais do edifício, conforme projeto de instalações elétricas anexo;
- Remanejamento do reservatório de água do sistema de ar condicionado com desmonte e remontagem dos equipamentos existentes, conforme projeto e fotos anexos;
- Acabamento geral de pintura na alvenaria construída.

#### QUANTIDADE

Conforme Especificações (Anexo 02) e Planilha de Composição de Custos (Anexo 03).

#### JUSTIFICATIVA

A impermeabilização da Unidade de Apoio I está vencida e apresenta problemas de infiltração de águas pluviais em diversos locais.

A equipe técnica da SSOBRA propõe a adoção de uma solução eficaz e de fácil manutenção, por meio de cobertura com telha de fibrocimento sobre estrutura metálica, semelhante a já instalada no Bloco 6 da área da SEEP, prédio contíguo à Unidade de Apoio I. Essa solução implica na realização de



## SENADO FEDERAL

algumas obras acessórias, como o remanejamento do para-raios instalado na laje, remanejamento das instalações elétricas e do reservatório de água do sistema de ar condicionado.

### COMPETÊNCIA

De acordo com o Regulamento Administrativo do Senado Federal, compete à Secretaria de Engenharia a prevenção e reparos referentes a infiltração de água nas construções do Senado Federal.

*Art. 222. À Secretaria de Engenharia compete a previsão, a coordenação, controle e direção dos serviços relativos a projetos e obras do Senado Federal; a execução de reparos nos edifícios e elevadores; a manutenção de pisos, vias de escoamento de águas pluviais e das instalações sanitárias hidráulicas e elétricas; **a prevenção e reparos referentes a infiltração de água nas construções**; o controle e manutenção da usina geradora de força e luz; a urbanização das áreas; e executar outras atividades correlatas.*

### PESSOAL PARA EXECUÇÃO

A SENG não possui em seus quadros funcionários ou servidores, comissionados ou efetivos, para executar diretamente esse trabalho.

Em seu quadro efetivo, a SENG dispõe apenas de engenheiros, arquitetos, técnicos de edificação e outros servidores administrativos que não possuem especialização ou atribuição funcional para executar diretamente serviços braçais especializados de engenharia.

A mão de obra terceirizada da SENG é empregada, basicamente, no reparo de áreas exteriores (calçadas, muros e cercas), e em serviços internos específicos (assentamento de piso, assentamento de tijolos, emassamento). A execução desses serviços, apenas, já lhes absorve todo o tempo disponível.

Ademais, mesmo se houvesse o tempo, os funcionários terceirizados não possuem treinamento, nem prática, para executar serviços especializados de montagem de estrutura metálica e de cobertura. E não é só isso, a execução desse serviço exige o emprego de ferramentas, equipamentos e recursos não disponíveis no Senado, como guindastes, escoras, lixadeiras, tintas, resinas, formas, além das próprias telhas e o aço para a execução da estrutura.

Por tudo isso, faz-se necessário contratar empresa de engenharia, coordenada por profissional Engenheiro ou Arquiteto, para, por meio dela, executar essa obra essencial.

### VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

**R\$ 546.627,61 (quinhentos e quarenta e seis mil, seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e um centavos)** conforme planilha de composição de preços constante deste Projeto Básico (Anexo IV).

Sugere-se que seja realizada **ADJUDICAÇÃO GLOBAL** do objeto, por tratar-se de serviço composto por etapas complementares e interligadas.

A contratação será pela forma de execução indireta e pelo regime de empreitada por **PREÇO GLOBAL**.





## SENADO FEDERAL

### **PRAZOS DA CONTRATAÇÃO**

O prazo previsto para a execução dos serviços é de **90 (noventa) dias**, contados da emissão da ordem de serviço.

O prazo de vigência do contrato será a partir da data de sua assinatura até a do Termo de Recebimento Definitivo do Objeto, conforme previsto no item “CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DA OBRA”.

As empresas licitantes deverão apresentar um cronograma físico-financeiro para execução da obra com detalhamento para cada etapa de medição.

### **RELAÇÃO ENTRE DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE DE SERVIÇO A SER CONTRATADA**

Demanda prevista: 2.400,00 m<sup>2</sup> de cobertura composta por tesouras metálicas para assentamento de telhas em fibrocimento do tipo modulada padrão Eternit, Brasilit ou similar, além de alvenaria, impermeabilização com manta asfáltica de parte da laje que permanecerá descoberta e retirada e colocação de para-raios, instalação elétrica e ar-condicionado na Unidade de Apoio I, do Senado Federal.

Quantidade a ser contratada: A mesma demandada.

### **LOCAL E FORMA DE EXECUÇÃO**

O serviço será executado na cobertura da Unidade de Apoio I, do Senado Federal, nos termos deste Projeto Básico, do projeto e das Especificações Técnicas – Anexo I, e dos manuais dos fabricantes de telhas de fibrocimento Eternit, Brasilit – Anexos II e III, respectivamente - ou manual técnico do fabricante de produto similar aprovado pelos gestores.

A empresa poderá manter frentes de serviço a qualquer tempo. Para isso, a empresa deverá manter o local sinalizado e isolado.

A empresa deverá se assegurar que a área nas proximidades da execução do serviço esteja sempre limpa e livre de obstáculos (tapume, andaime, ferramentas etc.), especialmente nos dias úteis de funcionamento do Senado Federal.

Não poderá ocorrer a obstrução do trânsito de veículos e de pessoas nas vias em volta do edifício onde os serviços serão executados nos dias úteis de funcionamento do Senado Federal.

A empresa licitante deve considerar as restrições de acesso e de trabalho para elaborar sua proposta comercial, uma vez que haverá a necessidade de trabalhar no período noturno e nos finais de semana.

A empresa deverá instalar anteparos nas extremidades da área dos serviços de forma a evitar que materiais sejam projetados para o solo, ou atinjam automóveis ou pessoas que passam pelas proximidades do local.

A empresa será responsável por qualquer dano causado às estruturas do Senado, ou de terceiros, bem como por qualquer acidente ocorrido durante a execução dos serviços contratados.



## SENADO FEDERAL

Carga e transporte de entulho. A retirada de entulho deverá ocorrer de forma concomitante com os serviços. Não é permitido o acúmulo de entulho no canteiro. Em hipótese alguma será permitido o despejo próximo ao local dos serviços, ainda que fora do canteiro, ou em locais não permitidos, sendo de responsabilidade da empresa o transporte até local aprovado pelo GDF para despejo. A empresa deverá utilizar caçamba metálica estacionária com capacidade de 5m<sup>3</sup> para a remoção do entulho, a ser instalada em local próximo indicado pelos gestores.

Todo e qualquer material similar utilizado que não seja da marca especificada deve ser aprovado previamente pelos gestores.

### CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DA OBRA

A obra será recebida após a execução do contrato:

**Provisoriamente:** Os gestores receberão o objeto provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, no prazo de até 15 (quinze) dias da comunicação escrita pela CONTRATADA de que o serviço foi executado, para fins de verificação de conformidade do objeto entregue às exigências deste Edital e seus Anexos. **O encerramento da obra é definido como a execução total de todos os serviços definidos nas especificações técnicas, incluindo reparos a eventuais danos causados ao patrimônio do Senado Federal ou de terceiros durante a execução do serviço.**

Em caso de inconsistências ao demandado na especificação e projetos em anexo, os gestores notificarão a Contratada para que tome as medidas corretivas e regularize a situação no prazo de até 10 (dez) dias úteis, sem ônus para a Contratante.

**Definitivamente:** O recebimento definitivo pelo Senado Federal se dará mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após vistoria que ateste que o objeto do contrato foi fielmente executado pela Contratada, conforme:

- Aos termos contratuais;
- As especificações técnicas dos projetos;
- As especificações técnicas do fabricante das telhas;
- A todas as normas relevantes;
- A todas as recomendações do “Manual de Obras Públicas – Edificações – Construção” do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, os danos resultantes da execução do serviço.

### PRAZO DE GARANTIA

Os serviços e os materiais fornecidos pela contratada estarão cobertos por garantia da Contratada por um período mínimo de 5 (cinco) anos, contados da data do recebimento definitivo da obra.



## SENADO FEDERAL

Nesse período, a Contratada estará obrigada a refazer os serviços e/ou substituir os materiais que apresentarem defeitos, garantindo desta forma a confiabilidade e o desempenho das instalações, às suas expensas, sem ônus para a Contratante.

As medidas corretivas, que venham a se fazer necessárias durante o prazo de garantia estipulado no item anterior, deverão ser executadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contado do primeiro dia útil subsequente àquele do recebimento da notificação expedida pela Contratante.

### PREVISÃO DOS MATERIAIS, INSTALAÇÕES OU EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS

Os materiais e instalações estão detalhados nas Especificações Técnicas (Anexo 02) e na Planilha de Composição de Custo (Anexo 03).

A empresa deverá possuir **Capacidade Técnica Operacional**, portanto tendo disponibilidade de bens, equipamentos e pessoal para fins de execução do objeto deste contrato.

A empresa será responsável pela contratação de equipamentos necessários para a execução dos serviços tais como, equipamento para içar material, guindaste ou caminhão munck.

### INDICAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO ADEQUADO

A CONTRATADA deverá possuir mão de obra qualificada e especializada para a perfeita execução do objeto.

A CONTRATADA deverá designar responsáveis técnicos pela execução do objeto, obrigatoriamente profissionais de engenharia civil ou de arquitetura que estejam devidamente registrados, respectivamente, no CREA ou no CAU como responsável técnico pelo objeto da obra e que estejam habilitados para serviços da natureza do objeto e detentores de acervo técnico comprovado.

Os responsáveis técnicos deverão assumir pessoal e diretamente a execução dos serviços concernentes às suas respectivas áreas profissionais, incluindo a instrução do pessoal, conferência de medidas, garantia do cumprimento das normas de engenharia de segurança do trabalho, fiel cumprimento do prazo e garantia da qualidade técnica.

Os responsáveis técnicos deverão, além de suas atividades contínuas na obra, estar disponíveis para atender aos gestores em regime de plantão.

### CAPACIDADE TÉCNICA NECESSÁRIA

Tanto a empresa, como o seu responsável técnico, devem comprovar capacidade técnica mínima para executarem os serviços contratados.

Para a habilitação técnica das empresas licitantes, elas deverão comprovar qualificação técnica por meio dos seguintes documentos:

#### *CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL*

**Atestado de Capacidade Técnica Operacional.** Um ou mais atestados de capacidade técnica operacional expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante, acompanhado da cópia da respectiva Certidão de Acerto Técnico (CAT) emitida pelo CAU regional ou CREA com circunscrição sobre o local da obra, devendo comprovar que a empresa licitante executou, de forma satisfatória, **serviços de execução ou recuperação de estrutura metálica** compatível com a característica, o vulto e a complexidade do objeto da presente licitação, assim entendido:



## SENADO FEDERAL

- Serviço de execução ou recuperação de estrutura metálica com área igual ou superior a 960 m<sup>2</sup>. Esse valor mínimo corresponde a 40% da área total estimada do objeto da licitação.

### *CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL*

**Atestado de Capacidade Técnica Profissional.** Comprovação de possuir vínculo, na data fixada para entrega dos envelopes contendo documentação e propostas, com pelo menos um profissional com graduação superior em Arquitetura e Urbanismo ou em Engenharia Civil, registrado no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) ou no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) como responsável técnico pela empresa, detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CAU ou CREA, que o relacione como responsável técnico pela execução de obra com característica, vulto e complexidade compatível com a do objeto da licitação, com quantitativos iguais ou superiores aos exigidos no parágrafo 0.

A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), ou da ficha de registro de empregado, ou de contrato de prestação de serviço, ou do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio.

### **VISTORIA TÉCNICA E REGRAS PERTINENTES**

A vistoria ao local da obra é **facultativa**. Após a publicação do edital de licitação, as vistorias poderão ser agendadas com a SENG/SSOBRA pelo e-mail: ssobra@senado.gov.br, até 3 (três) dias úteis antes da sessão de abertura da licitação.

A Declaração de Vistoria para Prestação de Serviços, nos termos sugeridos no Anexo 06, somente deve ser admitida se estiver assinada pelo responsável técnico da empresa, devidamente registrado no CAU ou no CREA nessa condição.

Antes de apresentar sua proposta, a empresa licitante deverá analisar o edital e todos os seus anexos, devendo visitar o local dos serviços, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a alcançar uma melhor compreensão do escopo dos serviços e tomar conhecimento de peculiaridades que possam vir a influenciar os preços ofertados.

A empresa interessada deve se munir de toda informação disponível de modo a evitar que sua proposta contenha quaisquer omissões, as quais, como regra, não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções dos projetos, informações ou diretrizes ora fornecidas deverão ser, antecipadamente, objeto de impugnação, e não poderão constituir pretexto para a empresa contratada pleitear a cobrança de “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários. Por se tratar de empresa especializada na execução dos serviços pretendidos, a empresa deverá computar no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nos projetos, mas implícitos e necessários à perfeita e completa execução de todo o objeto da licitação.

### **ACOMPANHAMENTO E GESTÃO DO CONTRATO**

A gestão do contrato e o acompanhamento dos serviços ficarão a cargo da Secretaria de Engenharia.

A comunicação entre a empresa e o órgão técnico do Senado, ou gestores, deve ser sempre por escrito, ou reduzidas a termo.



## SENADO FEDERAL

### PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Conforme Anexo 03 – Planilha de Composição de Custos.

As empresas interessadas deverão encaminhar juntamente com sua proposta comercial a planilha de custos devidamente preenchida, nos moldes da planilha apresentada no Anexo 03.

### PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Consta de previsão orçamentária para o exercício de 2012, no programa de trabalho e natureza da despesa a serem definidos pela Secretaria de Finanças do Senado.

Programa de Trabalho: 000040

Natureza de Despesa: 449051

### SUBCONTRATAÇÃO

Caso a Contratada necessite subcontratar partes específicas do objeto, deverá submeter ao Gestor do Contrato, para deliberação, solicitação prévia com justificativa detalhada contendo no mínimo:

- Descrição dos serviços a serem executados pela subcontratada;
- Cópia do Contrato Social da empresa;
- Declaração de responsabilidade quanto à análise da conformidade documental e habilitação da subcontratada, inclusive quanto à compatibilidade da empresa frente ao Atestado de Capacidade Técnica apresentado, devendo a Contratada zelar rigorosamente pela execução dos serviços subcontratados.

A Contratada tomará as providências cabíveis e se responsabilizará pela plena observância, por parte das empresas subcontratadas, das determinações deste Projeto Básico, do Contrato e documentos relacionados.

Para fins de cumprimento dos prazos, sugere-se que a Contratada solicite o mais breve possível as eventuais autorizações para subcontratação.

Somente poderão ser subcontratados os itens 1, 2, 7, 8 e 9 da planilha de composição de custos (Anexo 03), não podendo ultrapassar 40% (quarenta por cento) do preço global total.

### PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

É vedada a participação de consórcio. Esse tipo de associação de empresas provocaria um aumento do volume de serviço administrativo nas etapas de contratação e gestão do contrato.

### SANÇÕES CONTRATUAIS

Sem prejuízo das demais penalidades a serem estabelecidas pela equipe de elaboração do edital e minuta do contrato, relativas ao aspecto operacional da licitação, a Contratada poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e ser descredenciada do SICAF e



## SENADO FEDERAL

do cadastro de fornecedores da CONTRATANTE pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, além de multa de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da contratação, se:

- Retardar a execução do objeto;
- Falhar na execução do contrato.

O retardamento da execução ficará configurado quando o contratado:

- Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 15 (quinze) dias contados da data constante na ordem de serviço;
- Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados. Excetuam-se, neste caso, os feriados prolongados, quando deverá a Contratada notificar previamente os gestores da intenção de interromper os trabalhos no período.

A falha na execução do contrato ficará configurada quando o contratado se enquadrar em pelo menos 1 (uma) das situações previstas na Tabela 1, considerando-se a graduação de infrações previstas na Tabela 3.

**Tabela 1**

GRAU DA INFRAÇÃO	QUANTIDADE DE INFRAÇÕES COMETIDAS DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	10 ou mais
2	8 ou mais
3	6 ou mais
4	4 ou mais
5	3 ou mais
6	2 ou mais

Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme as graduações, os valores e as descrições estabelecidas nas Tabelas 2 e 3:

**Tabela 2**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 300,00
2	R\$ 600,00
3	R\$ 1.000,00
4	R\$ 1.500,00
5	R\$ 3.000,00
6	R\$ 6.000,00

**Tabela 3**





## SENADO FEDERAL

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar;	3	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	4	Por dia e por tarefa designada
3	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar dos gestores;	3	Por ocorrência
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços, desuniformizado ou com conduta incompatível com suas atribuições e ambiente de trabalho;	3	Por empregado e por dia.
5	Deixar de apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos serviços para início da execução destes no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço,	1	Por dia de atraso;
6	Não manter a documentação de habilitação atualizada; por item,	1	Por ocorrência.
7	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material;	3	Por ocorrência.
8	Deixar de executar serviço nos prazos e horários estabelecidos pelos gestores, observados os limites estabelecidos por este contrato;	2	Por ocorrência.
9	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC), quando necessários;	6	Por ocorrência.
10	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência dos gestores;	3	Por ocorrência.
11	Deixar de refazer serviço não aceito pelos gestores, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pelos gestores;	3	Por ocorrência.
12	Recusar-se a cumprir determinações formais dos gestores, inclusive para execução de serviços, sem motivo justificado;	5	Por ocorrência.
13	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer funcionário da empresa ou servidores e usuários do Senado;	6	Por ocorrência.
14	Quando a Contratada tiver atraso superior a 6 (seis) dias daqueles previstos no cronograma físico-financeiro na execução da obra objeto do contrato.	4	Por ocorrência.

### DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

A contratada deverá demonstrar quando da execução do serviço o fiel cumprimento das normas técnicas relacionadas, a utilização de equipamentos adequados e instalação dos materiais conforme solicitados pelo projeto em anexo.



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2013**

**ANEXO 06**

**(Processo nº 021.264/12-0)**

<b>DECLARAÇÃO DE VISTORIA PARA OBRA</b>
---

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital do(a) *[Identificação da Licitação]*, que eu, *[Nome completo do Responsável Técnico pela Empresa]*, *[Profissão]*, portador(a) do CREA/CAU nº *[Número do CREA/CAU]* e do CPF nº *[Número do CPF]*, responsável técnico pela empresa *[Nome da Empresa Licitante]*, estabelecida no(a) *[Endereço constante dos documentos de constituição da empresa]* como responsável técnico para os fins da presente declaração, vistoriei todos os locais onde serão executados os serviços objeto da licitação em consideração, ou não considero necessário vistoriar o local, pois as informações constantes do Edital da licitação são suficientes para demonstrar as condições e grau de dificuldade para a plena execução do serviço.

Local e data

Assinatura e carimbo

(Responsável Técnico pela Empresa)

(CREA/CAU No.: \_\_\_\_\_)



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2013**

**ANEXO 07**

**(Processo nº 021.264/12-0)**

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF.  
(EMPREGADO MENOR)**

A empresa (nome/razão social), CNPJ nº \_\_\_\_\_, estabelecida na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da CI nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99).

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

\_\_\_\_\_  
(Representante legal da empresa)



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2013**

**ANEXO 08**

**(Processo nº 021.264/12-0)**

**DECLARAÇÃO DE QUE A LICITANTE NÃO SE ENCONTRA EM QUALQUER  
SITUAÇÃO PREVISTA NO ITEM 2.2 DESTE EDITAL**

A empresa (nome/razão social), CNPJ nº \_\_\_\_\_, estabelecida na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da CI nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, declara, para fins do disposto no item 2.2 do Edital \_\_\_\_\_, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, não estar a empresa, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar, ou declarada inidônea por qualquer outro órgão da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

---

(Representante legal da empresa)



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2013**

**ANEXO 09**

**(Processo nº 021.264/12-0)**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

A empresa (nome/razão social), CNPJ nº \_\_\_\_\_, estabelecida na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da CI nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, declara, na forma do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

\_\_\_\_\_  
(Representante legal da empresa)



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2013**

**ANEXO 10**

**(Processo nº 021.264/12-0)**

**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E  
SOCIEDADE COOPERATIVA**

A empresa (nome/razão social), CNPJ nº \_\_\_\_\_, estabelecida na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da CI nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, declara, para fins do disposto no subitem \_\_\_\_\_ do Edital \_\_\_\_\_, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser \_\_\_\_\_ (microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa) nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

---

(Representante legal da empresa)





SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2013**

**ANEXO 11**

**(Processo nº 021.264/12-0)**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

**Ref: TOMADA DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/20\_\_**

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no subitem \_\_\_\_ do Edital de Tomada de Preços nº \_\_\_\_/20\_\_, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

**(a)** a proposta apresentada para participar da Tomada de Preços nº \_\_\_\_/20\_\_ foi elaborada de maneira independente pela \_\_\_\_ (Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços nº \_\_\_\_/20\_\_, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

**(b)** a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da Tomada de Preços nº \_\_\_\_/20\_\_ não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços nº \_\_\_\_/20\_\_, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

**(c)** não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços nº \_\_\_\_/20\_\_ quanto a participar ou não da referida licitação;

**(d)** o conteúdo da proposta apresentada para participar da Tomada de Preços nº \_\_\_\_/20\_\_ não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços nº \_\_\_\_/20\_\_ antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

**(e)** o conteúdo da proposta apresentada para participar da Tomada de Preços nº \_\_\_\_/20\_\_ não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do SENADO FEDERAL antes da abertura oficial das propostas; e

**(f)** está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

(Local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

\_\_\_\_\_  
(representante legal da licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)



SENADO FEDERAL

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

### TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2013

#### ANEXO 12

(Processo nº 021.264/12-0)

### ATO DO 1º SECRETÁRIO Nº 10, de 2010

**O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições e observando o disposto no artigo 7º, § 2º, II, da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 92.100, de 10 de dezembro de 1985:

CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos itens que compõem a Bonificação e Despesas Indiretas - BDI às alterações legislativas, especialmente no âmbito tributário;

CONSIDERANDO as orientações contidas no Acórdão nº 325-09/2007 - TCU/Plenário;

CONSIDERANDO o enunciado da Súmula nº 254 do Tribunal de Contas da União;

RESOLVE:

Art. 1º Nas obras contratadas pelo Senado Federal, o percentual relativo à Bonificação e Despesas Indiretas - BDI fica limitado ao máximo de 25,5% (vinte e cinco vírgula cinco por cento).

§ 1º. O limite de que trata este artigo será indicado nos atos convocatórios relativos às licitações destinadas à contratação de obras e serviços de engenharia.

§ 2º. Em casos excepcionais, desde que devidamente justificados pelo órgão técnico competente, o percentual poderá ultrapassar o limite estabelecido no *caput* deste artigo.

Art. 2º - Para os efeitos deste Ato, considera-se BDI a bonificação ou lucro e os custos indiretos da obra, assim composto:

- I. despesa administrativa central - ADM;
- II. impostos incidentes sobre o faturamento - IMP;
- III. despesas financeiras - DEF;
- IV. riscos e imprevistos - RI;
- V. lucro bruto - LB.

Art. 3º - Na apuração do BDI deverá ser aplicada a seguinte fórmula:



## SENADO FEDERAL

$$\text{BDI \%} = (1 + \text{ADM \%} + \text{DEF \%} + \text{RI \%} + \text{LB \%}) / (1 - \text{IMP \%}) - 1$$

§1º. No limite estimado pelo Senado Federal foram adotados os seguintes percentuais:

- a. ADM = 8%
- b. IMP = 5,65%
- c. DEF = 1%
- d. RI = 1%
- e. LB = 8,43%

§ 2º. Para cálculo do percentual de impostos incidentes sobre o faturamento foram considerados:

- a. ISS = 2%
- b. PIS = 0,65%
- c. COFINS = 3,00%

Art. 4º - Os atos convocatórios relativos a obras e serviços de engenharia conterão planilhas orçamentárias detalhando os materiais e a mão-de-obra a serem utilizados.

Art. 5º - Fica revogado o Ato do Primeiro-Secretário nº 01, de 2006.

Art. 6º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de abril de 2010. Senador **Heráclito Fortes**, Primeiro-Secretário.

- Publicação extraída do Boletim original nº: 4449 de 04/05/2010